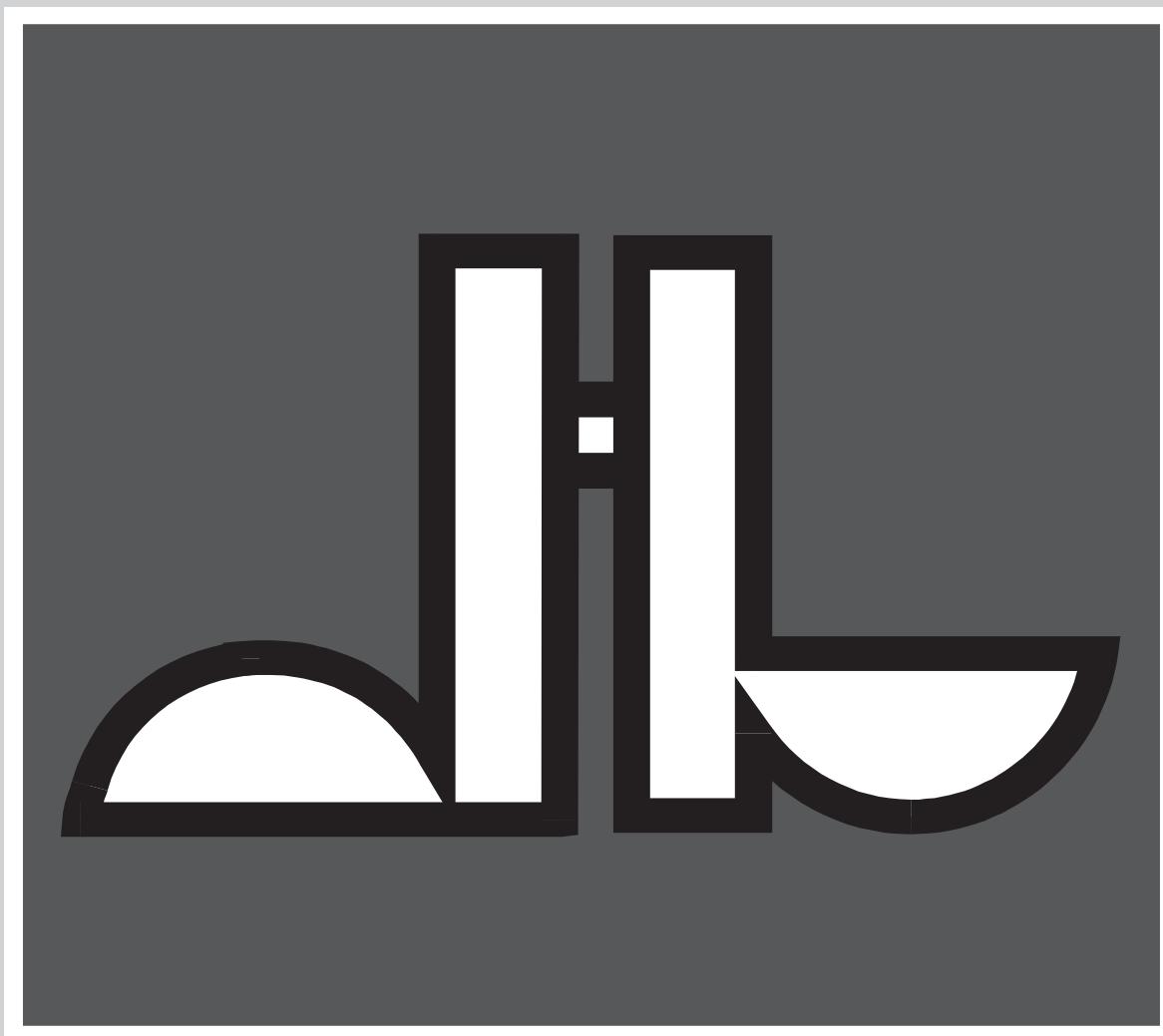




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVII - Nº 014 - SÁBADO, 7 DE JULHO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente Senador José Sarney (PMDB/AP)
1ª Vice-Presidente Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES)
2º Vice-Presidente Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}
1º Secretário Deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO)
2º Secretário Senador João Ribeiro (PR/TO) ²
3º Secretário Deputado Inocêncio Oliveira (PR/PE)
4º Secretário Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente José Sarney (PMDB/AP)
1ª Vice-Presidente Marta Suplicy (PT/SP)
2º Vice-Presidente Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}
1º Secretário Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º Secretário João Ribeiro (PR/TO) ²
3º Secretário João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º Secretário Ciro Nogueira (PP/PI)
Suplentes de Secretário
1º - Casildo Maldaner (PMDB-SC) ^{1, 5, 6 e 7}
2º - João Durval (PDT/BA)
3ª - Maria do Carmo Alves (DEM/SE)
4ª - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente Marco Maia (PT/RS)
1ª Vice-Presidente Rose de Freitas (PMDB/ES)
2º Vice-Presidente Eduardo da Fonte (PP/PE)
1º Secretário Eduardo Gomes (PSDB/TO)
2º Secretário Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)
3º Secretário Inocêncio Oliveira (PR/PE)
4º Secretário Júlio Delgado (PSB/MG)
Suplentes de Secretário
1º - Geraldo Resende (PMDB/MS)
2º - Manato (PDT/ES)
3º - Carlos Eduardo Cadoca (PSC/PE)
4º - Sérgio Moraes (PTB/RS)

Notas:

- 1- Em 29-3-2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 291/2011, deferido na Sessão do Senado Federal de 29-3-2011.
- 2- Em 3-5-2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 472/2011, aprovado na Sessão do Senado Federal de 3-5-2011.
- 3- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 4- Em 16-11-2011, eleito o Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) para o cargo de 2º Vice-Presidente do Senado Federal.
- 5- Em 28-11-2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- 6- Em 29-11-2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- 7- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08-12-2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	---

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – LEI PROMULGADA	
Lei nº 12.680, de 2012, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 40.000.000,00, para o fim que especifica.....	01108
1.2 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 243 a 247, de 2012	01108
1.3 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 25 a 32, de 2012	01110
2 – ATA DA 14ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 6 DE JULHO DE 2012	
2.1 – ABERTURA	
Destinada a comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo.....	01113
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
2.2.2 – Oradores	
Deputado Luis Carlos Heinze	01113
Deputado Assis do Couto	01114
Deputado Raimundo Gomes de Matos.....	01116
Senadora Ana Amélia	01117
Sr. Daniel Rech, Assessor Jurídico da Unicafes	01120
Deputado Leonardo Vilela.....	01121
Sr. Niro Barrios, Diretor Executivo da Unisol	01123
Senador Sérgio Souza.....	01125
3 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	01135
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	01138
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	01140
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	01141
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	01142
4 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	01146
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	01147
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	01148

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 12.680, DE 28 DE JUNHO DE 2012

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 40.000.000,00, para o fim que especifica.

Faço saber que a Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 560, de 2012, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 28 de junho de 2012. – 191º da Independência e 124º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

ANEXO

Crédito Extraordinário

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2046	Mar, Zona Costeira e Antártida							40.000.000
		PROJETOS							
05 571	2046 14ML	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz							40.000.000
05 571	2046 14ML 0101	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz - Nacional (Crédito Extraordinário)							40.000.000
			F	3	2	90	0	300	28.800.000
			F	4	2	90	0	300	11.200.000
		TOTAL - FISCAL							40.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							40.000.000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 243, DE 2012(*)

Aprova o texto das emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto das emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) constante das Resoluções nºs 417, de 1987, e 596, de 2009, de sua Junta Governativa.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Convenção e emendas, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto das Emendas acima citado está publicado no DSF de 23.03.2012

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2012(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 23.03.2012

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2012(*)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 27.04.2012

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2012(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 12.05.2012

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2012

Disciplina as relações jurídicas decorrentes do § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sem efeito as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados com base no § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 25, DE 2012

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 556, de 23 de dezembro de 2011, que “Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências” teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de maio do corrente ano.

Congresso Nacional, 13 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2012**ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 557, de 26 de dezembro de 2011, que “Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999” teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de maio do corrente ano.

Congresso Nacional, 13 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 565, de 24 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2012, que “Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, e a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, para permitir a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 13 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 566, de 24 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 706.400.000,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 13 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União na mesma data, em Edição Extra, que “Altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 26 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela

Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2012, que “Dispõe sobre servidores do Instituto Nacional de Meteorologia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, da Agência Brasileira de Inteligência, da Comissão de Valores Mobiliários, do Instituto Evandro Chagas, do Centro Nacional de Primatas, da Fundação Oswaldo Cruz, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Instituto Nacional do Seguro Social, da Superintendência de Seguros Privados, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Serviço Exterior Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Turismo, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, do ex-Território de Fernando de Noronha e do Ministério da Fazenda, sobre os ocupantes de cargos de Médico do Poder Executivo, de cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, de cargos de Agente de Combate às Endemias e de cargos das carreiras de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de Analista de Infraestrutura, de Ciência e Tecnologia, de Tecnologia Militar, de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Finanças e Controle, sobre as gratificações e adicionais que menciona, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 26 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 569, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R\$ 688.497.000,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 26 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2012

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 570, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2012, que “Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 26 de junho de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 14ª Sessão Conjunta (Solene), em 6 de julho de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Senador Waldemir Moka e do Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 36 minutos e encerra-se às 17 horas e 11 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo.

Quero chamar para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Federal Dr. Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados; (*Palmas.*)

Chamo para compor a Mesa o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Sr. Márcio Lopes de Freitas; (*Palmas.*)

Representando S. Exª o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Exmº Sr. Mendes Ribeiro Filho, convido para compor a Mesa o Secretário Executivo do Ministério, Sr. José Carlos Vaz; (*Palmas.*)

Convidado para compor a Mesa Diretora o Diretor de Assuntos Especiais do Banco Central do Brasil, Sr. Luiz Edson Feltrim; (*Palmas.*);

Representando o Presidente da União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Sr. Luis Possamai, o Assessor Jurídico da Unicafes, Sr. Daniel Rech. (*Palmas.*)

Representando o Diretor Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), Sr. Arildo Mota Lopes, o Diretor Executivo da Unisol, Sr. Niro Barrios. (*Palmas.*)

Eu quero informar que os autores do requerimento – que deu origem a esta sessão solene que comemora o Dia Internacional do Cooperativismo –, o Deputado Federal Luis Carlos Heinze e o Deputado Federal Assis do Couto, aqui presentes, serão os primeiros a fazer uso da palavra.

Convidado o Deputado Federal Luis Carlos Heinze para que faça uso da palavra.

Antes, porém, Deputado, a Assessoria me informa – é só o nervosismo – que ouviremos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agora, sim, concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, do PP, do Rio Grande do Sul, um dos requerentes desta homenagem, na Câmara dos Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, 2º Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal, meu companheiro e amigo Deputado Waldemir Moka, também um dos proponentes desta sessão solene, cumprimento também o colega Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura, e, da mesma forma, o colega Deputado Assis do Couto, também um dos requerentes da sessão solene; saudar também o José Carlos Vaz, representando neste ato aqui o Ministro Mendes Ribeiro; Feltrim, um dos Diretores do Banco Central; também a saudação em nome das Unicafes ao Sr. Daniel Rech; em nome da Unisol, Niro Barrios e ao mundo cooperativista, em nome do Presidente do OCB, o Presidente Márcio.

Márcio, a Câmara e o Senado Federal estão fazendo no dia de hoje esta justa homenagem ao setor cooperativo brasileiro. Já que foi escolhido este ano como Ano Internacional das Cooperativas, nós estamos aqui fazendo essa nossa homenagem hoje aos dirigentes cooperativistas, aos associados de cooperativas e aos funcionários de cooperativas, a essa grande família que temos hoje aqui no Brasil, pela imensa importância que tem o setor.

Cumprimento aqui a nossa OCB e todas as organizações de cooperativas estaduais, Márcio. A gente lembra o trabalho da OCB ao longo dos tempos, mas, principalmente, vamos citar Roberto Rodrigues. A partir de Roberto, o setor ficou identificado, conhecido e reconhecido não apenas nacionalmente, mas internacionalmente. Então, a nossa saudação a todos e ao trabalho da OCB em função deste marco, que a partir de Roberto... E você hoje, Márcio, está fazendo um grande papel, a gente está reconhecendo e vendo essa questão em todo nosso País – o papel importante da OCB. Nós, que trabalhamos aqui na Frente Parlamentar da Agricultura, temos recebido por parte da OCB e de todas as organizações cooperativas sempre o respaldo

e o apoio, que procuramos também retribuir aqui na própria Frente Parlamentar do Cooperativismo, da qual o Deputado Waldemir Moka é o nosso coordenador-geral. O companheiro Zonta também é um dedicado batalhador do sistema cooperativista.

Pela importância que desempenha hoje o nosso setor cooperativista nos diversos ramos cooperativismo, aqui lembrava o Feltrim. Quando nós chegamos aqui, Moka, em 99, iniciamos essa luta – lá o Carlos Melles e o Silas Brasileiro estavam conosco e outros tantos parlamentares –, houve várias conquistas falando do cooperativismo de crédito. Aqui está o Presidente do Bancoob, presente aqui o Marco e junto também o Chardon do Rio Grande do Sul, numa empreitada que nós fizemos. Se hoje há quase cinco milhões de associados entre os Estados operados pelo sistema do Bancicred e também do Bancoob, isso é um alento e aqui, Feltrim, queria cumprimentar o Banco Central também em nome do Sérgio Darcy, que nos ajudou lá atrás nesse processo. A gente ouvia, Moka – que estava presente em algumas reuniões –, os Ministros de Estado dizendo:

...“não faremos esse benefício para as cooperativas de crédito”. E disse o Ministro – não vou citar o nome: “nem que me cortem as duas mãos não assinarei essa legislação, que estávamos pedindo naquele momento”. E hoje, para orgulho nosso, vemos esse sistema trabalhando, prosperando, e participamos, ao longo desses anos, desse processo.

Portanto, é extremamente importante e quero aqui cumprimentar a evolução. Falava com o Ênio, que foi importado do Rio Grande do Sul para a Bancoob, lá do Sistema Sicredi, e lembrando, Ênio, do sistema da organização. A gente viu que o sistema foi criado pelo nosso saudoso Padre Teodoro Amstad, no início do cooperativismo, no ano de 1902, e aquele é o modelo, Senador Moka e todos que estão aqui presentes e que nos assistem através da TV Senado, um modelo que hoje está espalhado pelo Brasil inteiro. E esse modelo de gestão, viu Márcio – sei que é o que o Márcio persegue e os presidentes de organização que estão aqui também – que a gente possa ter um modelo de gestão, um modelo de organização do crédito, e que possamos ter também nas cooperativas de produção.

Sou produtor rural, sou agrônomo e produtor, sócio de uma cooperativa de crédito e sócio de uma cooperativa de produção lá na minha cidade de São Borja. Então, precisamos que as cooperativas de produção também tenham esse modelo.

Veio aqui o pessoal do Paraná e vejo como lá no Paraná o pessoal já está trabalhando nesse sistema e alguns Estados já têm esse modelo também. Então, Oxalá um dia tenhamos o que já temos no crédi-

to, Márcio, também nas cooperativas de produção, e isso será diferente. Grandes cooperativas, que vemos hoje no Estado do Paraná, e no Brasil já existe esse modelo, mas, principalmente, uma referência aqui, em nome de João Paulo Koslovski, que faz um excelente trabalho lá no Paraná nas cooperativas de produção. Então, precisamos alinhar esse processo e termos, da mesma forma, no crédito também.

As cooperativas de eletrificação, as cooperativas de trabalho, as cooperativas de saúde, enfim, todos os ramos de cooperativas que temos hoje, o orgulho que temos, estando aqui na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, defendendo um dos segmentos mais importantes na economia brasileira, que são os diferentes ramos cooperativistas.

E todos vocês que aqui representam esses milhões de cooperativados que temos hoje, em todo o Brasil, da nossa imensa satisfação de estarmos trabalhando em prol de uma categoria. E a gente dizia e ouvia por aí: o socialismo, comunismo com problemas, capitalismo com problemas. Aqui temos um novo sistema que é o cooperativismo, que está aliando as forças do capitalismo e também do socialismo. E a gente vê um sistema dando certo.

E a gente sabe, José Carlos, que hoje, junto com nosso Ministro Mendes Ribeiro, o apoio que ele tem dado principalmente às cooperativas de produção, José Carlos.

Nós precisamos, cada vez mais, fortalecer. Nos orgulhamos quando vemos esses diversos ramos cooperativistas, a forma, principalmente da produção, que é o que nós trabalhamos mais.

Portanto, viemos hoje aqui, em nome dos colegas Parlamentares – Moka, da Câmara Federal, dos demais Deputados que aqui estão; depois, se alguém falar, do Senado Federal também, em homenagem ao sistema cooperativista brasileiro.

Parabéns, Presidente Márcio. Parabéns também ao Daniel Rech, parabéns também ao Niro Barrios, que estão representando diferentes sistemas cooperativos no Brasil. Um abraço! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Deputado Federal Luis Carlos Heinze.

Concedo a palavra, também como autor do requerimento desta sessão solene, ao Deputado Federal Assis do Couto.

Assis do Couto é do PT do Paraná.

O SR. ASSIS DO COUTO (PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, ex-colega de Câmara, Waldemir Moka; minha saudação ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricul-

tura da nossa Câmara; minha saudação ao Márcio Lopes, Presidente da OCB; minha saudação ao Sr. José Carlos Vaz, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, aqui representando o Ministro Mendes Ribeiro; minha saudação ao Sr. Luiz Edson Feltrim, do Banco Central. Lembro que ainda era um moço; é claro, já faz quase vinte anos, quando começamos a tratar de cooperativa de crédito para a agricultura familiar no Banco Central. Creio que o senhor, naquela época, pensava: mas será que esse pessoal vai dar certo? E deu certo; está andando; a minha saudação e parabéns pela sua história junto ao Banco Central do Brasil e o seu apoio ao cooperativismo. Saudação ao Daniel Rech, representando aqui o Luis Ademir Possamai, Presidente da Unicafes, do meu Estado do Paraná, da cidade de Francisco Beltrão, que não pode estar presente e também uma saudação ao Niro Barrios, que representa aqui a Unisol.

Eu queria, Presidente, minha saudação a todos e a todas e, com certeza, a TV Senado está sendo assistida por milhares e milhões de cooperativistas do Brasil inteiro, aproveitar esses poucos minutos para me concentrar em alguns pontos.

Primeiro, o Ano Internacional das Cooperativas. E queria ler rapidamente aqui um pequeno trecho da carta da ONU, que diz o seguinte:

“Reconhecendo que as cooperativas, em suas diferentes formas, promovem a máxima participação possível de todas as pessoas no desenvolvimento econômico e social, incluídas as mulheres, os jovens, as pessoas de idade, as pessoas com necessidades especiais e os povos indígenas, são cada vez mais um fator chave do desenvolvimento econômico e social e contribuem para a erradicação da pobreza.”

Esta carta é a declaração da ONU. E aqui ela descreve vários outros aspectos e, inclusive, conclama os Estados Partes para que revejam a sua legislação. Muitas vezes, a legislação de determinados Estados Partes da ONU está impedindo que isso aconteça, que o cooperativismo prospere, que o cooperativismo cresça no mundo inteiro.

Eu queria aqui dizer que a ONU acertou na decisão, na escolha do Ano Internacional das Cooperativas, como também, como agricultor familiar e como cooperativista, estou feliz porque a ONU escolheu 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Vamos comemorar também, e é, a partir de exemplos brasileiros, principalmente, que a ONU tomou essa decisão sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar, como também tomou sobre as cooperativas. E aqui rendo homenagem justa ao Roberto Rodrigues, ex-Presidente da OCB, e também Presidente da Aliança Internacional Cooperativa.

Queria, num segundo ponto, dizer que, no Brasil, nós temos algumas experiências, principalmente depois da Constituição de 1988, muito bem sucedidas, de cooperativas, tanto no campo como na cidade, que trabalham com camadas populares empobrecidas.

É importante a gente frisar isso nesse evento, Presidente Moka, porque, muitas vezes, a gente ouve algo estranho até em setores gestores do Governo: “Não, mas a cooperativa não se viabiliza com os mais pobres.” Ao contrário, a cooperativa nasceu para juntar as pessoas que tinham dificuldade em realizar determinados objetivos sozinhos, individualmente, e se juntam em cooperativas.

Portanto, nós precisamos deixar claro e bem demarcado no Brasil que há grandes experiências na reforma agrária, na agricultura familiar, nas periferias das cidades com catadores de lixo, com pessoas com deficiência, como diz a ONU aqui. Eu conheço cooperativa de pessoas com deficiência que fazem artesanato. Quebra-deiras de coco do Maranhão, mulheres pobres que colhem, processam, industrializam e comercializam o seu produto e geram uma renda, talvez não vai chegar naquela renda, Daniel Rech, que a lei que aprovamos recentemente no Congresso vai exigir, o que é o que esta na CLT. Nós vamos ter um problema ali com essas cooperativas pequenas, com aquilo que aprovamos na 4622.

Mas queria deixar esta minha afirmação aqui, nós temos sim um cooperativismo que se firmou, principalmente nos anos 70 e 80; nos anos 90, a OCB – 80 e 90 – foi muito eficiente na área da gestão. Quero reconhecer o Paraná como um exemplo do cooperativismo, porque meu pai era sócio das cooperativas há muito tempo, e se firmou, e conseguiu dar sustentabilidade a um cooperativismo industrial, agroindustrial. Importante. Mas temos um outro lado da moeda que é um cooperativismo que surge das bases mais empobrecidas e precisa de uma atenção deste Congresso e do nosso Governo, para que esse cooperativismo realmente prospere e tenha condições de fazer inclusão social e combate à pobreza.

Queria deixar aqui, finalmente, a minha preocupação com alguns pontos. Primeiro, os desafios do combate à pobreza que já citei, a crescente demanda por alimentos no Brasil – as cooperativas têm um espaço fundamental para ocupar esse caminho que se abre no Governo Lula, Governo Dilma, a economia cresce, distribui renda, e as pessoas compram mais; nós temos uma demanda muito grande para os alimentos, associado à questão das compras governamentais – PAA, PNAI – e a necessidade de geração de emprego. E nós estamos vendo que a nossa economia está dando

sinais de desaceleração, e o cooperativismo cumpre aí um papel fundamental.

Portanto, minha saudação, finalmente a todos e a todas, e que possamos, num espaço curto de tempo, Presidente Moka, como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, Relator da Lei Geral do Cooperativismo aqui na Câmara, na Comissão de Agricultura, que nós possamos juntos: OCB, Unicafes e Unisol dar uma resposta, o mais breve possível, para as nossas cooperativas do Brasil.

Muito obrigado. Um grande abraço.

Viva o cooperativismo! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Deputado Assis do Couto.

Na sequência, como Presidente da Comissão de Agricultura e também como autor do requerimento que deu origem a esta sessão solene, convido, para fazer uso da palavra, o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – A nossa saudação a todos os telespectadores e telespectadoras da TV Senado; ao nosso grande ex-Deputado Federal e Presidente da Comissão, da Frente Parlamentar do Cooperativismo, nosso Senador Moka; ao nosso grande Presidente Márcio Lopes; aos demais membros da Mesa, como também aos Deputados e Senadores aqui presentes a este evento.

Grande satisfação nos traz aqui, a esta sessão solene, para também, lado a lado com o nosso Luis Carlos Heinze, Assis do Couto, Zonta e nosso Vilela, nós, da Câmara Federal, fazermos esta homenagem ao Dia Internacional do Cooperativismo. E que possamos, a partir também da Câmara Federal, prestar esta justa homenagem a todos os que estão aqui e a todos os que fazem o trabalho do cooperativismo.

O nosso Senador Moka, como Presidente da Frente Parlamentar, tem feito uma grande articulação, não só nesta Casa, mas também na Câmara, a fim de que nós possamos ter a agenda do cooperativismo no dia a dia do nosso Parlamento.

E, comemorando a data que transcorre no dia de amanhã, nós estamos saudando todos aqueles que integram o cooperativismo em mais de treze diferentes atividades aqui, no nosso País, e que teve, a partir de 1969, a articulação para sua implantação através da OCB. Nós também os estamos saudando até porque, pela ONU, ficou estabelecido o Ano Internacional do Cooperativismo.

Lembro que essa semente foi plantada no século XVIII, a partir da Revolução Industrial da Inglaterra e, só

posteriormente, em 1969, é que foi estabelecida aqui, no nosso País. Já contamos com inúmeros segmentos estruturados, a consolidação desse grande trabalho que é feito através do cooperativismo, através da autogestão que se processa durante todos esses anos.

E, a partir também de 1988, com a promulgação da nossa Constituição, ficou tudo normatizado, dando segurança jurídica para o cooperativismo.

Atualmente, a entidade presidida pelo nosso estimado Márcio Lopes de Freitas vem fazendo um trabalho exemplar e dinamizando, cada vez mais, o cooperativismo. Lá no nosso Estado do Ceará, nós temos o nosso estimado João Nicédio Alves Nogueira, que também tem feito um grande trabalho no Estado do Ceará para o fortalecimento do cooperativismo.

Como integrante da Frente Parlamentar do Cooperativismo e, atualmente, como Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento e Abastecimento da Câmara dos Deputados, posso afirmar que estamos, lado a lado, medindo esforços para que nós tenhamos todas essas demandas do cooperativismo na pauta do dia a dia da comissão.

Os Parlamentares aqui presentes já foram presidentes da Comissão de Agricultura e sabem perfeitamente quão importante é ter essa sintonia, nas várias comissões da Câmara dos Deputados, para que nós possamos cumprir a agenda de vários projetos, a agenda legislativa.

Lembro também que demos um grande passo, no último mês de junho, com o marco regulatório de interesse do setor, que foi justamente a regulamentação das cooperativas de trabalho. Em todo o País, esses esforços de todos os cooperados estão fazendo com que nós possamos melhorar o nosso PIB. Até também vinculado ao agronegócio, o PIB nacional cresceu em virtude do trabalho de todos os cooperados, principalmente na área agrícola.

Na Comissão de Agricultura, nossa missão é incluir o cooperativismo como meta prioritária. No segundo semestre, estabeleceremos a instituição de uma subcomissão permanente do cooperativismo. Vários Parlamentares já apresentaram requerimento solicitando que nós tenhamos, na comissão, subcomissão específica para trabalhar o cooperativismo. A partir de agosto, instituiremos essa subcomissão específica para trabalharmos o cooperativismo.

E é claro também que a vantagem do cooperativismo consiste na estrutura organizacional, a fim de que nós possamos, através dessa estrutura organizacional, estimular não somente a comercialização, mas também a capacitação para que os jovens possam ingressar também na criação da política do cooperativismo.

O nosso pronunciamento é para saudar todos aqueles, não só mais vinculados à área do agronegócio, mas também que fazem parte do cooperativismo.

Queremos também alertar que muitas vezes, na nossa casa, quando recebemos um produto, ninguém tem a real compreensão de que muitos daqueles produtos hoje comercializados no Brasil são fruto também do cooperativismo, quer na área de transporte, quer na área da produção, quer na manutenção da nossa saúde através das cooperativas vinculadas à saúde.

Neste momento também, conforme foi aqui citado, existe toda essa normatização de que precisamos para avançar no cooperativismo, fazendo com que vários projetos de lei e várias iniciativas sejam efetivamente votados.

Lá no nosso Estado do Ceará, temos cerca de 135 cooperativas com cerca de 60 mil cooperados, e isso vem fazendo com que possamos dinamizar, principalmente agora, na área do turismo, já que temos todo esse trabalho da Copa, que está se aproximando.

Esta semana, na Câmara dos Deputados, tivemos a grande satisfação também de realizar a exposição “Cooperativas constroem um mundo melhor”, no Espaço Mário Covas, o que fez com que todos aqueles que lá estiveram durante a semana tivessem a visão e também o conhecimento de toda essa história do cooperativismo nacional.

Nós iremos também, no Estado do Ceará, fazer uma grande mobilização na Praça do Ferreira, para que lá, no Estado, possamos dar publicidade ao cooperativismo.

A Assembleia Legislativa realizou uma sessão solene também em homenagem ao cooperativismo, quando tivemos a honra de ser homenageados, fazendo com que possamos assumir ainda mais compromissos com o cooperativismo.

Concluindo essas nossas palavras, nós queremos parabenizar todos os que fazem o cooperativismo no nosso País, demonstrando que é de fundamental importância tentarmos engajar os jovens também no cooperativismo, para que eles possam dar segmento a essa cultura do cooperativismo nas próximas gerações.

Muito obrigado.

Parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura, quero informar ao Plenário que a Presidência vai intercalar a fala entre os representantes aqui, na Mesa, os autores dos requerimentos e os parlamentares inscritos, que também querem se pronunciar nesta homenagem ao Dia Internacional do Cooperativismo.

Chamo, para fazer uso da palavra, a Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, também líder exemplar da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Congresso Nacional, meu colega e amigo Senador Waldemir Moka.

Queria cumprimentar os requerentes desta sessão, liderados pelo nosso querido Senador Waldemir Moka, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, que já usou a tribuna e demais Deputados, como o meu amigo Luis Carlos Heinze, do meu Partido, que também contribuíram decisivamente para realização desta sessão especial, saudar o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, Márcio Freitas; o representante do Ministério da Agricultura, Abastecimento, Ministro Mendes Ribeiro Filho; Secretário José Carlos Vaz; Diretor de Assuntos Especiais do Banco Central do Brasil Luiz Edson Feltrim, a quem agradeço a presença; também o representante da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes, Luis Possamai, aqui representado pelo Diretor Jurídico Daniel Rech e o Diretor Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Unisol, Arildo Mota Lopes, representado pelo Diretor Executivo Niro Barrios.

Sr^ss e Srs. Deputados, cooperativados e cooperativadas que estão nesta cerimônia, estou aqui usando a palavra em nome do Líder do Partido Progressista no Senado Federal Senador Francisco Dornelles e em meu nome. Ao longo dos meus 40 anos de exercício da comunicação, trabalhando no Rio Grande do Sul, tive um olhar sempre mais atento ao cooperativismo que foi no mesmo Estado representando fator essencial e instrumento básico do crescimento do setor agropecuário do nosso Estado, como se pode testemunhar pelos números. Assim, aqui, como jornalista, acompanhei os momentos áureos do cooperativismo, os momentos de crise do setor, da necessidade de saneamento da nova gestão que o sistema se encaminhou para que tivesse uma resposta adequada aos cooperativados e que voltasse a ter o grau de confiança que sempre teve na sociedade gaúcha e brasileira.

Assim, estou praticamente me sentindo em casa neste momento de solenidade, que é feita por iniciativa do Senador Moka, do meu colega Deputado e amigo Luis Carlos Heinze e demais proponentes celebrar o Dia Internacional do Cooperativismo, na verdade amanhã, 7 de julho, como definiram as Nações Unidas.

Como sublinharam aqui os oradores que me antecederam, o fato de que essa data, esse reconhecimento advém da experiência brasileira. Embora, como mostrou aqui o institucional organizado pela OCB, o

cooperativismo está espalhado nos cinco continentes do mundo e envolve milhões de pessoas pelo Planeta. É um sistema que entrou para a história da economia mundial, a partir do exemplo que veio da Inglaterra e se espalhou.

A Organização das Nações Unidas, ao reconhecer esta data, quer com isso destacar a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico dos cooperados e das comunidades onde atuam, reconhecendo o papel desse segmento no trabalho para a redução da pobreza, geração de emprego e renda, integração social, inclusão social e sustentabilidade.

O Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, em sua mensagem alusiva ao Dia Internacional das Cooperativas, tratou do tema aos destacar o papel relevante do cooperativismo na economia mundial.

Para ele, Senador Moka, a crise econômica que avança a cada dia e que atinge economias tradicionais e antes bem sólidas, tem mostrado uma outra face: ao contrário dos bancos tradicionais, os bancos cooperativos são hoje alternativas também muito sólidas à falta de crédito e problemas de endividamento.

Isso nada mais é do que a afirmação das cooperativas que nasceram originalmente na Inglaterra como alternativa às regras do que se poderia chamar “capitalismo selvagem”. No passado, uma cooperativa tinha objetivos como: fornecimento de alimentos, vestuários, ajudar na compra ou construção de casas, fabricar artigos populares, proporcionar trabalho aos membros desempregados e, quando possível, organizar a produção e distribuição de bens. Essa ideia foi, claro, se aperfeiçoando e, hoje, temos cooperativas nos setores de crédito, agropecuária, saúde, infraestrutura, mão de obra, transporte e habitação.

O cooperativismo encontrou em um País como o Brasil um campo fértil para sua implantação. Somos um País originalmente pacífico, que abriga diferentes culturas, mas que, ao mesmo tempo, consegue unir todos esses jeitos e trejeitos de ser do brasileiro. Somos por natureza e originalmente cooperativos.

São 110 anos de existência do cooperativismo no nosso País, um marco para ser lembrado dentro das comemorações internacionais. A Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, representa hoje 6.652 cooperativas, atuando em 13 diferentes setores, com um faturamento total de R\$88,5 bilhões.

Talvez os números do faturamento, Presidente Márcio, não sejam tão relevantes quanto o significado que isso traz para a transformação de uma economia mais solidária em nosso País.

Classes com menos representação no passado hoje encontram e encontraram também nas cooperativas o suporte necessário. Índios, mulheres, jovens e

até os deficientes físicos, por exemplo, e tantos outros grupos têm nas cooperativas o suporte necessário para se organizarem e fortalecerem a comunidade, respeitando suas diferenças.

Em uma solenidade promovida pela Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, feita exatamente para celebrar e analisar os resultados do sistema que abriga a organização das cooperativas gaúchas, o Presidente da entidade, Ricardo Russowsky, definiu muito bem o cooperativismo ao modo gaúcho de ser. Para ele, cooperativismo significa independência para incentivar o que é bom e para contrapor o que está errado.

A economia cooperativista gera uma sinergia de mercado positiva e é o segredo da força de muitos setores do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que tem uma história muito bonita de cooperativismo.

O sindicato e a Organização das Cooperativas do Estado, Ocergs, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo gaúcho, Sescoop, tem como Presidente Vergílio Perius, que considero uma das maiores e mais respeitadas autoridades no cooperativismo do setor, especialmente na área educacional. Essas organizações reúnem 527 cooperativas ativas, mais de dois milhões de associados, 21% de todos os associados no Brasil.

As cooperativas gaúchas geram mais de 52 mil empregos diretos. O valor e a relevância desse número é incontestável. O faturamento do setor soma, hoje, R\$27 bilhões, 11% do Produto Interno Bruto do meu Estado. Houve um crescimento das atividades das cooperativas de 25% no último ano.

Os números chamam atenção, mas o papel das cooperativas vai muito além disso. Cooperativa é gestão democrática, é trabalho comunitário, é incentivo à melhoria da educação, à melhoria da formação pessoal, de informação e de extensão rural. Aqui se diz democrático: um cooperado, um voto. Isso é democracia.

Leio que a estimativa da Organização das Cooperativas do meu Estado é a de que 59,7% da população gaúcha está, de alguma forma, ligada às cooperativas. O cooperativismo de crédito é o que mais cresce no meu Estado. A crise econômica que se instalou em 2008 foi grave, nem nos curamos ainda dos efeitos dela e já entramos em uma nova fase crítica do ponto de vista financeiro. Essa crise gera desconfiança mundial no mercado financeiro, mas não nas cooperativas de crédito. Houve um crescimento de 25% nas aplicações de longo prazo e mil novos sócios são registrados por dia nas cooperativas de crédito do Rio Grande do Sul.

E eu queria aqui fazer um registro especial, caro Presidente Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados: apresentei

no ano passado, por inspiração do sistema cooperativista, meu caro Odacir Zonta, um Projeto de Lei do Senado, PLS-40, para permitir que as cooperativas de crédito, todas elas, tivessem acesso direto aos recursos do FAT e assim repassasse um dinheiro mais barato aos seus cooperados.

Esse projeto que teve a relatoria habilidosa do Senador Casildo Maldaner, do PMDB, de Santa Catarina, não só ampliou, mas melhorou ainda mais esse projeto, o PLS-40, permitindo que os empreendedores da área urbana tivessem também acesso pelos sistemas cooperativistas de créditos a esses recursos.

O Projeto que levou na Câmara o número 3067 está na Comissão de Agricultura com a relatoria de outro catarinense, o Deputado Valdir Colatto, do PMDB.

Espero que esta minha modesta contribuição ao cooperativismo que, aliás, quando falei sobre esse tema ao Presidente do Banco Central em uma audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, o Dr. Alexandre Tombini, reconheceu a seriedade, o sistema de fiscalização rigoroso do Banco Central sobre essas instituições e revelou que desta forma elas já darão um excelente trabalho na capilaridade, na difusão mais ampla do crédito porque estão em mais de cinco mil Municípios as cooperativas.

É isso que dá um trabalho cooperativo e que nós temos que reconhecer como relevante, especialmente neste momento de crise e de falta de assistência aos nossos produtores.

Então, quero dizer que vou continuar, lá na Câmara também, tratando de apressar junto com a frente Parlamentar do Cooperativismo esta matéria.

No setor agropecuário, o Rio Grande do Sul sempre teve o cooperativismo como forma de melhorar o trabalho.

O setor teve um crescimento de 22,5% no faturamento dos últimos dois anos, e o cooperativismo está ligado essencialmente a agricultura familiar. Cerca de 70% dos 272 mil associados às cooperativas agropecuárias do meu Estado possuem propriedades consideradas pequenas, de até 50 hectares. Metade da produção de leite do meu Estado depende do trabalho das cooperativas, mais de 62 mil produtores.

Claro que nós estamos vivendo hoje também nas cooperativas que lidam com carne suína um drama e uma tragédia muito séria. O Secretário José Carlos Vaza, há pouco, nos antecipava algumas das medidas que segunda-feira o Ministro da Agricultura deverá anunciar para um socorro inadiável ao setor especialmente em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul, mas também em outros Estados, pois Minas Gerais, Bahia e Goiás enfrentam um gravíssimo problema um gravíssimo problema da suinocultura.

Fechamento de mercados importantes como a Rússia e a Argentina e ainda mais os problemas decorrentes de uma situação no mercado interno absolutamente inadequada à perspectiva. Produtores estão desesperados, fechando suas propriedades. Num evento realizado em Santa Catarina, houve uma demonstração clara dessas dificuldades: substituíram os animais, os suínos que deveriam estar ali, por cruzes para revelar a gravidade da situação.

Ainda em relação ao Rio Grande do sul é preciso lembrar que temos também eventos importantes que as cooperativas lideram. Várias delas promovem feiras importantíssimas. Uma delas, talvez a mais relevante seja a Expodireto Cotrijal de Não-Me-Toque, uma feira de cooperativas, movimenta R\$1,5 bilhão todo o ano.

Mas também cooperativas importantes, falo do líder da Cotrijal Nei Mânicia, do Presidente da FecoAgro Rui Polidoro, do Presidente da Cotrijui Carlos Poletto, e também as cooperativas no Paraná – a Copavel faz um evento muito importante; aqui, em Brasília, a Expoagro Brasília também é patrocinada por cooperativa de produção.

Quero dizer que as cooperativas atuam também em outro setor essencial para o campo: a eletrificação rural. Elas possuem, no Rio Grande do Sul, um parque gerador próprio composto por 21 pequenas centrais hidrelétricas e mais cinco parcerias que respondem por 25% da energia necessária para atender as famílias cooperadas no campo; energia limpa, sustentável e renovável, com reduzido impacto ambiental.

Aqui, quero ressaltar outro ponto importante da atuação das cooperativas: contribuir para a sustentabilidade; da produção de alimentos até a saúde financeira das pessoas envolvidas, respeitando os limites de cada um, inclusive do meio ambiente.

Sustentabilidade, termo tão usado nos últimos anos, especialmente agora depois da Rio +20, está intimamente ligada à ideia de cooperativismo. Uma cooperativa contribui, por exemplo, para a distribuição de novas técnicas, a disseminação do conhecimento, a extensão rural. Na agricultura, uma cooperativa influencia desde o preparo da terra, a divulgação do uso correto dos agrotóxicos, o manejo adequado e a sustentabilidade. Ou seja, é a união de esforços, interesses e necessidades que pode criar uma alternativa de crescimento possível.

As cooperativas são uma organização social que podem, sim, oferecer o equilíbrio necessário para a prática da sustentabilidade.

E, por fim, gostaria de ressaltar, Sr. Presidente Waldemir Moka, que o cooperativismo é parte importante da nossa agenda aqui no Congresso Nacional.

As senhoras e os senhores telespectadores que estão acompanhando pela TV Senado e pela Rádio Senado esta sessão numa sexta-feira à tarde, lotado esse auditório, veem que isso revela apenas o comprometimento de suas lideranças com uma sessão especial e simbólica para marcar o Dia Internacional do Cooperativismo, que é a manhã, 7 de julho, mas é também para chamar a atenção para o fato de que políticas públicas são necessárias para proteger e fortalecer, cada vez mais, esse sistema.

No último dia 26 – quero lembrar – a Câmara dos Deputados – aqui estão presentes muitos parlamentares que, certamente, ajudaram decisivamente nisso – aprovou, em votação simbólica, o Projeto de Lei nº 4.622, que define as normas para a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho em todo o País. O texto aprovado cria o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop) e garante ao profissional cooperado o direito ao repouso semanal e anual remunerado, seguro de acidente de trabalho, além de assegurar rumo jornada máxima de 8 horas diárias e 44 semanais, bem como pagamento de horas extras.

Estamos melhorando e aperfeiçoando um sistema extremamente relevante. As novas regras pretendem impedir fraudes, como a criação de cooperativas fantasmas, ou apenas para intermediar mão de obra terceirizada. Essa prática é utilizada para fazer contratações sem carteira assinada, o que deixa os profissionais sem direitos trabalhistas. Aqui, no Senado, o cooperativismo tem sido uma pauta de várias reuniões, na última terça-feira, dia 3 de julho, a Comissão de Educação aprovou o Projeto de Lei nº 250, de 2009, que permite o acesso de estudantes de cooperativas educacionais. Aí veio uma proposta da Ocergs, do meu Estado, ao Programa Universidade para Todos, o ProUni, que é a garantia da continuidade dos estudos desses jovens.

Junto com o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, a OCB, Márcio Lopes, e a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), solicitei aos Senadores da Comissão o voto favorável a esse projeto, que teve a relatoria favorável do Senador Pedro Simon.

As escolas mantidas por cooperativas educacionais desempenham um papel ímpar na prestação de serviços. Grande parte das escolas ocupa um lugar deixado vago pelo Poder Público, ausente ou com presença meramente formal, falhando no atendimento às necessidades de aprendizagem dos jovens. A contribuição das cooperativas educacionais para a sociedade vai muito além das salas de aula; é a garantia de melhoria da qualidade de vida para toda a sociedade e, sobretudo, para esses jovens, que têm no coopera-

tivismo uma alternativa e um horizonte tão bonito para seu crescimento pessoal e profissional.

Queria, por fim, ao homenagear, destacar e cumprimentar novamente o Senador Waldemir Moka e todos os companheiros signatários desta audiência pública, na pessoa do Deputado Luis Carlos Heinze, falar também em Roberto Rodrigues, esse líder do cooperativismo brasileiro, que não só no Ministério da Agricultura, mas, hoje, no comando da Associação Internacional do Cooperativismo demonstra claramente que o Brasil dá ao cooperativismo o lugar, o destaque e o valor que ele merece.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo à Senadora Ana Amélia, concedo a palavra ao representante do Presidente da União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes, Sr. Luiz Possamai, assessor jurídico da Unicafes, Sr. Daniel Rech.

O SR. DANIEL RECH – Senador Moka, Deputado Raimundo Gomes de Matos, demais membros da Mesa, Márcio Pinheiro, é com muita satisfação que estou aqui representando o presidente da Unicafes, Luiz Ademir Possamai. Peço escusas pelo fato de ele não poder estar presente. Ele esteve quase esta semana inteira em Brasília preparado para participar deste importante momento, mas teve de voltar inesperadamente para o Paraná e, por isso, estou aqui o representando.

Cooperativistas, simpatizantes do cooperativismo, obrigado por me ouvirem.

A União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária é recente. Atualmente, articula e representa em torno de 1.200 cooperativas voltadas principalmente ao campo da agricultura familiar. Há algumas iniciativas também em área urbana, mas o forte mesmo é no campo, na agricultura familiar.

Estamos empenhados e, sinceramente, esperamos que este importante ato realizado no dia de hoje contribua no sentido do que poderíamos chamar de retomada ou de expansão do movimento cooperativista no Brasil. Temos uma tradição cooperativista importante, mas, infelizmente, ainda limitada no âmbito da população, considerando o valor e a importância da iniciativa cooperativada. Por causa disso, todo esforço que for possível de ser realizado em função da expansão do cooperativismo, neste momento especificamente, momento de crise e de superação da pobreza, é fundamental.

Historicamente, o cooperativismo foi um dos principais instrumentos para enfrentar as imensas dificuldades surgidas com a expansão do sistema capitalista. As graves injustiças, especialmente na Europa, que a população mais pobre enfrentava, frente à expansão

do capital, foram superadas em grande parte pelo instrumental cooperativista. Hoje, quando o mundo passa por uma crise econômica imensa, hoje, quando nós colocamos como fundamental a superação da miséria, hoje, quando a própria ONU entende a necessidade de medidas imediatas no sentido de que a miséria seja erradicada no mundo, o cooperativismo se apresenta como fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Daniel, eu vou interromper para convidar o Ministro da Agricultura, que chega neste momento, Ministro Mendes Ribeiro Filho. (*Palmas.*) Muito obrigado, Ministro, pela sua presença.

O SR. DANIEL RECH – Sr. Ministro e demais, se é verdadeiro que, na história recente da humanidade, o cooperativismo foi o principal instrumento colocado à disposição das populações à margem do sistema, as populações que eram exploradas pelo sistema capitalista, hoje, de novo, esse instrumental se torna fundamental.

É absolutamente necessário que repensemos a possibilidade de reconstituir a presença do cooperativismo em nosso País, não apenas para que as populações possam se integrar ao sistema econômico, mas também - eu lembro - para que cumpramos o que a nossa Constituição brasileira, de forma completamente adequada, nos diz, apontando que devemos estimular e apoiar o cooperativismo no art. 174, II, "c".

Por causa disso, a expansão e o fortalecimento do cooperativismo é nossa missão principal. Precisamos torná-lo acessível. Precisamos permitir que a população possa constituir cooperativas com facilidade, com liberdade, com propriedade e, nesse sentido, Senador Moka, Deputado Raimundo, de modo particular, gostaria de destacar a necessidade de avançarmos principalmente em relação a dois campos na área legislativa. Refiro-me, em primeiro lugar, ao Projeto nº 003, do qual V. Ex^a, Senador Moka, é Relator, fundamental para trazer a legislação cooperativista aos tempos atuais, para inseri-la naquilo que a Constituição brasileira fala em liberdade, autonomia, possibilidade de constituição com facilidade para todas as populações.

Em relação à Câmara, gostaria de destacar especialmente a necessidade de uma nova regulação tributária para as cooperativas. De modo particular, refiro-me ao Projeto 271, que está na Comissão de Finanças e Tributação, mas também ao projeto de lei ordinária que se encontra na Comissão de V. Ex^a, com a relatoria do Deputado Domingos Sávio, que, evidentemente, necessita de aprimoramento. Todos nós, assim como a OCB, a Unicafes e a Unisol concordamos que precisa de aprimoramento, mas há necessidade

de avançar para criar um ambiente propício, adequado à expansão do cooperativismo.

Finalmente, aproveitando a presença de S. Ex^a, o Ministro da Agricultura, solicitar ao Governo Federal uma expansão das políticas de incentivo ao cooperativismo. Nós precisamos apoiar, apostar nesse instrumento como uma forma fundamental de transformar a realidade brasileira. Tenho certeza de que unidos, Parlamento e Governo Federal, poderemos chegar a um novo ambiente, a novas possibilidades onde a população brasileira possa se servir das cooperativas para transformar sua realidade e construir um País que seja efetivamente pleno de justiça social.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Daniel Rech, quero conceder a palavra, como Deputado Federal que representa aqui o seu partido, ao Deputado Federal Leonardo Vilela.

O SR. LEONARDO VILELA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Sr. Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Sr. Ministro da Agricultura, Deputado Mendes Ribeiro, Sr. Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Márcio Lopes de Freitas, autoridades componentes da mesa, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, Senhoras e Senhores, a Organização das Nações Unidas – ONU, escolheu o dia 7 de julho de 2012 para comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo.

O conceito de cooperativas, Sr. Presidente, nunca é demais lembrar que surgiu no dia 21 de dezembro 1844, na Inglaterra, por iniciativa de um grupo de operários da cidade de Rochdale que, prejudicados pelo novo modelo industrial – onde máquinas substituíam o trabalho artesanal em algumas atividades – procuraram outras formas de garantir o sustento de suas famílias.

A decisão de criar uma sociedade de consumo baseada no cooperativismo puro partiu desse grupo de trabalhadores, que deu origem à Sociedade dos Probonos Pioneiros de Rochdale Limitada, um armazém comunitário. Onze anos após a fundação, a organização já contava com 400 sócios.

Desde então, o cooperativismo cresceu pelo mundo, e as normas definidas por aqueles tecelões passaram a nortear as ações das cooperativas em todo o planeta. O movimento cooperativista começava a ganhar espaço. Em 1848, já eram 140 membros e, 12 anos depois, chegou a 3.450 associados com um capital de 152 mil libras.

Atualmente, senhoras e senhores, o cooperativismo está presente em mais de 100 países no mun-

do inteiro e soma mais de um bilhão de cooperados em todo o mundo, sendo responsável por cerca de 100 milhões de postos de trabalho em todo o mundo.

No Brasil, já são mais de 6.650 cooperativas, com mais de nove milhões de cooperados, sendo em 14 áreas da economia, presentes de forma muito forte, como na área do crédito, na área da produção agropecuária, na área de trabalho médico e em outras.

A ideia do cooperativismo mostrou-se eficaz em diversos aspectos, visto que, juntos, tornou-se possível adquirir produtos e serviços básicos, a custos menores, beneficiando a todos os cooperados, cultivando assim, o espírito de cooperação, da igualdade e da solidariedade.

Esse movimento cooperativista deu tão certo, Sr. Presidente, que atualmente existem milhares de cooperativas dos mais diversos segmentos.

Para evidenciar o quanto o cooperativismo contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde é utilizado, a ONU declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas. A intenção da ONU é difundir as vantagens das associações de propriedades coletivas, formadas por pessoas que possuem interesses comuns, que são geridas de forma totalmente democrática, no que diz respeito aos direitos e também aos deveres de cada um dos cooperados, e evidenciar, durante todo o ano, por meio de diversos eventos e iniciativas, o quanto o cooperativismo contribui para o desenvolvimento socioeconômico justo das sociedades em que atua.

Não tenho dúvida, Presidente Márcio, de que o cooperativismo é um instrumento importantíssimo de desenvolvimento econômico e de justiça social.

Entre as iniciativas para estimular o cooperativismo, esta sessão solene vem atender à solicitação da ONU que estabeleceu, entre outros benefícios para o desenvolvimento dos povos, o modelo de negócios das cooperativas, que estimula a geração de empregos, contribui para a redução da pobreza, e promove a integração social.

Com a declaração oficial do Ano Internacional das Cooperativas, a ONU espera, até o final deste ano, 2012, incentivar governos de todo o mundo a criarem políticas, leis e regulamentações, que fomentem a formação, o crescimento e a estabilidade das cooperativas. As cooperativas, indubitavelmente, são o caminho para uma vida melhor, através do acesso a oportunidades de trabalho, poupança, crédito, saúde, habitação, educação e formação. Uma forma de organização que tem como diferencial promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social simultaneamente. Baseado na união de pessoas, sendo esse o maior capital, o cooperativismo é um modelo socioeconômico com re-

ferenciais de participação democrática, solidariedade, independência e autonomia, que busca prosperidade conjunta e não a individual.

Por sua natureza e particularidade, o cooperativismo, senhoras e senhores, alia o economicamente viável ao ecologicamente correto e ao socialmente justo.

Em 2010, as trezentas maiores cooperativas do mundo tiveram uma movimentação econômico-finансira de US\$1,6 trilhão. A Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – a Copersucar está entre elas.

No Brasil, a prática do cooperativismo teve início no final do século XIX, mas a cultura já poderia ser observada desde a época colonial. Ela se desenvolveu tanto no meio urbano quanto no meio rural, tendo forte influência das culturas alemã e italiana, principalmente na área agrícola. Os imigrantes trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.

Com a propagação da doutrina cooperativista, as cooperativas tiveram sua expansão no modelo autônomo voltado para suprir as necessidades dos próprios membros, evitando, assim, a dependência de outros atores do mercado.

Para atuar em defesa do movimento cooperativista foi criada, em 1969, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, entidade reconhecida como representante oficial do setor no País. A OCB é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com neutralidade político-partidária e que tem prestado um grande serviço às cooperativas brasileiras.

Desde que cheguei ao Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, em 2003, até hoje sou testemunha do papel que a OCB tem, Presidente Márcio Lopes Freitas, ao organizar as cooperativas, ao organizar o setor, ao trazer subsídios e informações para que nós, Parlamentares, possamos debater, discutir e aprovar as leis que são importantes para consolidar esse importantíssimo segmento na economia do Brasil.

Os cooperativistas são representados mundialmente pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, uma instituição independente e não-governamental. Atualmente com sede em Genebra, a ACI foi fundada em Londres, em 1895, e seus integrantes são organizações de cooperativas atuantes em diversos setores econômicos.

Em 1971, ocorreu a regulamentação do segmento no Brasil, com a sanção da Lei nº 5.764, na qual são especificadas as regras para a criação das cooperativas, o que trouxe um enorme desenvolvimento do setor.

E é lógico, Presidente Senador Waldemir Moka, que nós temos muito a avançar, Deputado Raimundo Gomes de Matos. Mas eu não tenho dúvida de que o espírito dos Senadores e Deputados Federais é o de continuar aprimorando a legislação para fortalecer esse segmento que é tão importante para um desenvolvimento socialmente justo do nosso País.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de, em meu nome e como representante da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, nesta sessão solene, parabenizar os cooperados de todo o Brasil e almejar muito sucesso em suas diversificadas atribuições.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado Deputado Leonardo Vilela.

Como havia dito, intercalando a representação dos Parlamentares e da Mesa Diretora, quero conceder a palavra, representando o Diretor Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Unisol –, o Sr. Arildo Mota Lopes, o Diretor Executivo da Unisol, ao Sr. Niro Barrios.

O SR. NIRO BARRIOS – Inicialmente, boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o 2º Vice-Presidente da Mesa do Senado, Senador Waldemir Moka; o requerente da sessão, Deputado Federal Raimundo Gomes; o nosso Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, que também é Deputado Federal do meu Estado; quero cumprimentar o Márcio, nosso Presidente da OCB; cumprimentar Luiz Edson Feltrim, do Banco Central; Daniel Rech, da Unicafs e José Carlos Vaz, representando o Ministério da Agricultura, nesse dia importante para nós.

Esta sessão solene que aqui acontece, Senador Moka, nesta Casa, tem muitos significados, mas, seguramente, o maior significado desta sessão solene, para todos que estão aqui, para todas as cooperativas, para todas as pessoas que fazem parte dessas cooperativas no Brasil, é o significado do fortalecimento da democracia no nosso País.

O Brasil tem grandes desafios, alguns já conseguiu vencer – não é à toa que esse País vai se tornar, logo, logo a quinta economia do mundo –, mas ela ainda tem outros desafios para vencer, e o debate que trava o País para erradicar a miséria, para garantir direitos para muitas pessoas ele ainda está distante. Nós precisamos reinventar o nosso País e o cooperativismo, a economia solidária. E esse tema que está sendo debatido aqui hoje ele tem um significado muito grande, porque, para reinventar o País, para reinventar o mundo, significa discutir um outro modelo de desenvolvimento. E nesse modelo de desenvolvimento, necessariamente, têm que ser feitas algumas combinações, e uma

delas é a econômica, ou seja, a economia tem que ser viável, ela tem que dar as garantias necessárias para gerar a renda, para que o Estado possa dar conta das políticas públicas, nas mais diversas áreas.

Mas não é só isso. Essa economia precisa ser inclusiva, e quando a gente fala de cooperativismo, erradicação da miséria, a gente necessariamente tem que falar de inclusão produtiva. Por mais que os programas sociais do Governo Federal transfiram renda, e não é pouca renda que se transfere neste País, nós precisamos oportunizar a possibilidade de as pessoas terem a sua autonomia e conseguirem ser incluídas economicamente e produtivamente num novo formato.

E o novo formato é a organização cooperativa, a cooperação. Não necessariamente só as cooperativas, mas principalmente a cooperação, para a gente dar conta de um outro item importante dessa reinvenção do modelo – e a gente tem falado muito do socialmente justo. O que é isso? Ser um País socialmente justo? É um País que minimamente consegue distribuir essa riqueza. Por mais que os índices do Brasil apontem um País que está melhorando, nesse quesito, o quesito da concentração de renda, nós não conseguimos mexer.

E talvez aqui esta Casa possa ajudar na taxação das grandes fortunas como uma das formas, além da reforma tributária, por óbvio.

Mas a gente garantir a distribuição dessa riqueza, é fundamental para que o socialmente justo não seja apenas que as pessoas tenham um mínimo de dignidade e acesso a serviços públicos. Isso é o básico. As pessoas querem mais, muito mais do que isso.

E as cooperativas, pela sua forma de organização, com a capacidade de distribuir a renda gerada entre seus associados, é a única forma, não tem outra. A outra concentra. A outra enriquece e, se enriquece, empobrece.

Então, mexer nesse tema da concentração de renda e fortalecer, cada vez mais, o espírito cooperativo é fundamental para atingir o socialmente justo.

É importante, e nós acabamos de sair da Rio+20, e a Senadora do Rio Grande falou dos debates que enfrentamos na Rio+20: não se consegue avançar na pauta de construir um mundo sustentável, porque construir um mundo sustentável significa mexer no modelo de produção, significa modificar a utilização da produção sem nenhum cuidado com a origem das matérias primas, sem nenhum cuidado com a água, sem nenhum cuidado com a forma de produzir.

E investem-se bilhões de reais, trilhões de dólares no mundo para combater, depois, o problema que a gente cria.

Então, é necessário inverter essa lógica. Começar a discutir qual é o tipo de indústria, o tipo de empresa,

o tipo de negócio e o tipo de cooperativa que caminha nesse sentido da sustentabilidade.

E, nessa questão, a sociedade civil e o Estado têm um papel fundamental para regrar que tipo de iniciativa econômica a gente aceita em nosso País e em outros países também.

Mas eu dizia que o fato desta sessão solene estar acontecendo aqui, e de falar aqui em nome da Unisol Brasil, justificando inclusive a ausência do nosso Presidente Arildo, que hoje está na assembléia da sua cooperativa, Márcio, e eu lembra que a algumas agendas você não podia ir, porque dizia para nós o seguinte: "Nesse dia eu tenho que estar na minha cooperativa". Hoje, foi o Arildo que não pode vir, e está lá cumprindo o dever maior da cooperativa.

E aqui eu queria reforçar o quarto eixo desta nossa discussão. O fortalecimento da democracia, a radicalidade da democracia é fundamental para a construção desse novo mundo. Não tem outra alternativa viável de construir políticas públicas, de afirmar a democracia, de mostrar uma outra possibilidade para as pessoas do que fazer com que elas tenham a efetiva consciência da participação.

E o modelo cooperativista, nesse aspecto, também é único quando falamos de organização da sociedade civil. E esse formato de exercer a democracia pode ser transferido e jogado para muitos cantos do nosso País, para muitas atividades, porque não vai ter construção do novo sujeito se ele não for um sujeito participativo.

Encerro aqui dizendo que nós avançamos muito nesse último período, não é, Márcio? E eu lembro, Vera, nossa Coordenadora do Denacoop, que fazímos um debate, no início do ano, considerando que a ONU havia declarado que este seria o ano internacional das cooperativas, e nos perguntávamos: temos o que comemorar? E dizímos que sim. Mas não vamos fazer um ano festivo apenas, vamos colocar, na pauta do País, os grandes desafios que precisam ser encarados por nós. Um deles, o Daniel Rech, aqui, da Unicafes, já falou – e avançamos, este ano, aprovando o 4.622; pode haver alguma imperfeição nele, mas avançamos, e ele é resultado do mais amplo debate democrático na construção de um projeto, apesar das imperfeições, porque a sociedade é imperfeita. Mas precisamos avançar na Lei Geral, precisamos avançar no ato cooperativo e na matéria tributária. A Previdência não pode continuar bitributando as cooperativas. Não pode! Temos dito isso e vamos ter de enfrentar esse debate, de forma coletiva.

Mas existe um outro desafio que considero fundamental, aqui para esta Casa, Srs. Deputados, Senadoras e Senadores. Temos a Frencoop, que é a nossa

frete, importantíssima nesta Casa, que organiza e discute a pauta do cooperativismo, e temos também a Frente Parlamentar Mista da Economia Solidária, no Congresso. Seria, então, fundamental que, neste momento, unifássemos essas duas frentes políticas de representação do cooperativismo, aqui, no Congresso Nacional, pois elas não podem continuar conversando de forma separada.

E temos dado esse exemplo, não é, Márcio? Nas coisas que fazemos juntos, avançamos muito mais. Tivemos que fazer com que cada um retrocedesse um pouquinho, nas suas pautas, que deixasse um pouquinho a vaidade de lado e que colocasse o que é mais importante na pauta, para se poder avançar.

Então, esta Casa tem um papel fundamental: unificar as suas ações, Frencoop e Frente Parlamentar Mista da Economia Solidária.

O Governo tem um desafio também, nosso Ministro Mendes – entre tantos, pois sabemos que são muitos –, que gostaria de, aqui, levantar. O Governo Federal cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária, cria o Conselho Nacional de Economia Solidária, no início do Governo Lula, com 16 Ministérios, com a presença da sociedade civil, mas o desafio deste momento é unificar as políticas públicas de economia solidária e de fortalecimento do cooperativismo na estrutura do Governo Federal.

O Mapa não pode continuar sem conversar com o Ministério do Trabalho, não pode continuar sem conversar com a Integração. Não estou dizendo que não conversa, estou dizendo que, quando juntamos esses Ministérios – e nós da sociedade civil somos testemunhas disso –, quando se consegue juntar, o debate fica mais fácil.

Claro que os Ministérios também têm que abrir mão da vaidade de quem foi o pai ou a mãe da criança para a coisa avançar e esse é um limitador grande hoje, Ministro, que precisamos avançar. Tem também o desafio da sociedade civil que somos nós, Unisol, OCB, Unicafes e outras instituições. Trabalhamos, no último período, para unificar nossa pauta, nossas ações e temos avançado bastante neste sentido.

Então, esta sessão solene tem essa importância, Senador Moka, de estarmos discutindo abertamente nossos desafios, nosso temas, falando das nossas fragilidades, das nossas possibilidades, mas não temos dúvida de que estamos no caminho certo.

Então, viva o cooperativismo! Viva a economia solidária! E viva o Brasil! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado Sr. Niro Barrios.

Quero conceder a palavra ao próximo orador inscrito Senador pelo PMDB do Paraná, Senador Sér-

gio Souza, que fala em nome da Liderança do PMDB nesta Casa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Falo em nome do PMDB no Senado Federal, em nome do Líder Renan Calheiros, e isso é uma responsabilidade muito grande porque o PMDB, Deputado Raimundo, é o maior partido do Senado; tem a maior bancada aqui, no Senado Federal.

Cumprimento, com muita honra, o meu amigo Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro – seja bem-vindo, mais uma vez, ao plenário do Senado Federal, à sua Casa, que é o Congresso Nacional. Cumprimento o Márcio Lopes, meu amigo – aprendemos a nos conhecer nas reuniões, Moka, da Frencoop, nas reuniões, nos debates dos processos que interessam ao cooperativismo aqui no Senado, nas comissões do Senado, fora do Senado da República; o Dr. Feltrim – também nos conhecemos aqui, no dia a dia dos trabalhos neste Senado Federal, nas comissões –, que bem representa o sistema cooperativista dentro do Banco Central do Brasil, demonstrando o tamanho do cooperativismo hoje no Brasil e no mundo. Cumprimento, em nome do José Carlos Vaz, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, todos os demais componentes da Mesa e, em nome do meu amigo Zonta e do Ricken, que representam aqui a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná), todas as organizações de cooperativas estaduais e todas as cooperativas aqui presentes.

Cumprimento cada um de vocês e digo parabéns pela iniciativa, pelo desprendimento, pela disposição de estarem hoje, em um tarde de sexta-feira, discutindo, ouvindo, comemorando o Ano Internacional do Cooperativismo, que se completa amanhã, como disse a nossa querida Senadora Ana Amélia porque será o primeiro sábado de julho, e essa é a regra da comemoração do Ano Internacional do Cooperativismo.

Falar por último ou depois de alguns tem benefícios, mas também pode ser repetitivo. Contudo, mesmo repetitivo em alguns pontos e números, isso mostra a convergência dos dados e a responsabilidade dos que sobem à tribuna do Congresso Nacional – esta é uma sessão do Congresso e não do Senado – para demonstrar o tamanho da pujança desse setor, um dos mais importantes do Brasil e do mundo.

Nada mais oportuno, Sr. Presidente, do que a homenagem que o Congresso Nacional hoje presta à histórica e heroica história do cooperativismo no Brasil e no mundo.

De fato, o Dia Internacional do Cooperativismo, mundialmente celebrado no primeiro sábado do mês

de julho, destina-se a evocar o papel transformador do espírito humano quando resolve propor alternativas ao sistema produtivo que sistematicamente nos aflige.

Aliás, em tempos de crise incessante do capitalismo global, a celebração ao cooperativismo não poderia ser mais simbolicamente adequada. Nesse contexto crítico, não se pode subestimar a decisão da Organização das Nações Unidas em eleger 2012 como o ano do cooperativismo, na expectativa de acentuar a premência da emersão de novos modelos de desenvolvimento econômico, como saída eficaz aos impasses vividos em nossa contemporaneidade.

E com o lema “As Cooperativas Constróem um Mundo Melhor”, a ONU evidencia esta posição. Na condição de associação não governamental e independente, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) congrega, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações em todos os cinco continentes.

Fundada em 1895 e atualmente sediada em Genebra, a ACI foi uma das primeiras organizações civis a conquistar uma cadeira no Conselho da Organização das Nações Unidas, em 1946. Segundo dados da organização, um bilhão de pessoas estão ligadas ao cooperativismo em mais de cem países distintos.

No Brasil, senhoras e senhores, a história das cooperativas se desdobra em pulverizados episódios e sítios geográficos, mas com proeminência no meu Estado, o Estado do Paraná, a unidade da Federação com maior representatividade nesse segmento no País. Sintomaticamente, não se pode negar os relevantes préstimos do cooperativismo no desenvolvimento do agronegócio paranaense e nacional, com o amplo indispensável das cooperativas de crédito no financiamento da produção.

Historicamente, foi em 1844, no interior da Inglaterra, que 28 tecelões fundaram a inovadora Sociedade dos Proibos Pioneiros de Rochdale, com o propósito de inaugurar uma alternativa econômica para atuar no mercado diante do capitalismo ganancioso vigente à época. Vale recordar que isso remete a um período da história econômica no qual prevaleciam os abusos de preços, a exploração da jornada de trabalho e o crescente desemprego decorrente da Revolução Industrial.

No caso brasileiro, a representação do sistema cooperativista nacional está a cargo da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) – aqui neste ato representada pelo seu presidente, Márcio Lopes de Freitas –, desde 1969. Márcio não é Presidente desde 1969, data da fundação da OCB – Márcio, você é um pouquinho mais jovem do que isso! Em 1969 realizou-se, também, o 4º Congresso Brasileiro de Cooperativismo.

Mais precisamente, o cooperativismo no Brasil remonta às primeiras missões jesuíticas, em 1610, quando se deu o início da construção de uma espécie de estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo ilustrou a utopia de uma sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, em que o bem-estar do indivíduo e da família se sobreponha ao interesse econômico da produção.

Porém, Sr. Presidente, agora o Deputado Raimundo, é somente em 1847 que situamos a inauguração oficial do movimento cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, no Município de Cândido de Abreu – colônia essa que tem uma história fantástica da migração, do êxodo por conta das guerras na França. Foram organizadas, naquele momento, lá em Tereza Cristina, as bases cooperativas. Em que pese à sua breve existência, contribuiu, na memória coletiva, como elemento formador do cooperativismo brasileiro.

Em 1887, surgiu a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista na cidade de Campinas. Dois anos depois, em Ouro Preto, foi criada uma Sociedade Econômica Cooperativa. Já em 1891, na cidade paulista de Limeira, foi fundada a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, surgiu a Cooperativa Militar de Consumo no ano de 1894. No ano subsequente, foi constituída a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco.

Por fim, em 1913, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Deputado Heinze, foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (COOPFER), que se desenvolveu ininterruptamente até 1964 e chegou a ser considerada a maior cooperativa de consumo da América do Sul.

As cooperativas agropecuárias também foram surgindo no Sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana, condecoradoras do sistema cooperativista europeu. Elas se dividem conforme os tipos de produtos com os quais trabalham. Graças à sua penetração em todo o território nacional, converteram-se na modalidade cooperativa mais conhecida pela sociedade brasileira, participando significativamente nas exportações e no abastecimento do mercado interno de produtos alimentícios. Não por acaso, as cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

Para se ter uma ligeira ideia da prosperidade, no meu Estado, o Estado do Paraná, a movimentação econômica das cooperativas locais representa, Ministro

Mendes Ribeiro, 13% do PiB do Estado e 55% do PIB do setor agropecuário, abrigando 75% de pequenos agricultores com menos de 50 hectares.

Em 2011, o faturamento do sistema cooperativista paranaense superou os R\$32 bilhões; nas exportações, superaram US\$2,2 bilhões, o que representa quase 40% do total exportado pelas cooperativas brasileiras.

Diante de números tão expressivos, eu não poderia deixar de exaltar, na pessoa do presidente, meu amigo João Paulo Koslovski, a Organização das Cooperativas do Paraná, nossa Ocepar, com suas 240 cooperativas integradas ao sistema.

Mesmo em áreas como a saúde, o transporte, a educação, a infra-estrutura, o consumo e o turismo, a presença do cooperativismo em meu Estado é determinante e sua ausência certamente nos causaria muitos prejuízos.

Segundo números da Ocepar, somos hoje mais de 2,5 milhões de paranaenses que dependem das ações das cooperativas. São mais de 1,5 milhão de postos de trabalho gerados pelo setor e R\$1,25 bilhão pagos em impostos somente no ano de 2011.

Sem dúvida, o sistema cooperativo ocupa posição de destaque no desenvolvimento do Paraná, incentivando o crescimento dos pequenos produtores, bem como implementando ações na preservação do meio ambiente local.

Em suma, Sr. Presidente, o cooperativismo vem crescendo e tomado corpo em todo o mundo; crescendo e tomado corpo no Brasil, no Paraná, em todos os municípios brasileiros, nos seus mais variados ramos, contando atualmente com cerca de 1 bilhão de cooperados.

Tão alvíssareiro panorama não destoa no Brasil. Aqui o cooperativismo aparece como tentativa de reordenamento da sociedade, destituído dos traços subversivos de outros tempos. Buscando satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais, esse modelo de trabalho coletivo opera mediante a união das pessoas, do seu trabalho e de seus sonhos.

Para encerrar, Sr. Presidente, cumpre reiterar que o cooperativismo é um movimento com uma força transformadora muito dinâmica junto à sociedade.

Para orgulho nosso, o Paraná é referência nacional na área do cooperativismo, promovendo a valorização dos trabalhadores, gerando empregos, distribuindo renda e, principalmente, viabilizando as atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores e empresários mediante o crédito cooperativo.

Muito obrigado.

Boa tarde para todos. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, o Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente, deixa a

cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Gomes de Matos.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, o Sr. Raimundo Gomes de Matos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Quero conceder a palavra ao Diretor de Assuntos Especiais do Banco Central do Brasil, Sr. Luiz Edson Feltrim.

O SR. LUIZ EDSON FELTRIM – Exmº Sr. Senador Waldemir Moka, Presidente desta sessão; Exmº Sr. Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos; Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Mendes Ribeiro Filho, DD. Ministro de Estado da Agricultura; Márcio Lopes, Presidente da OCB; José Carlos Vaz, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura; Daniel Rech aqui representando o Presidente da Unicafes; Niro Barrios, representando aqui o Diretor Presidente da Unisol; Exmºs Srªs e Srs. Senadores; Exmºs Srªs e Srs. Deputados, eu quero, primeiramente, Senador Moka, agradecer a recente aprovação do meu nome pelo Senado Federal para compor a Diretoria colegiada do Banco Central. Primeiramente tive meu nome aprovado na arguição pública na Comissão de Assuntos Econômicos e depois no plenário do Senado da República.

Meus agradecimentos.

Trago aqui a saudação do Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini.

Senadora Ana Amélia, realmente, ele é uma das pessoas que têm um carinho especial pelo cooperativismo de crédito.

A cooperativa de crédito tem um papel importantíssimo na capilaridade do sistema financeiro, isso é um instrumento relevante para inclusão financeira, para inclusão social

Eu tenho o prazer de trabalhar com cooperativa há bastante tempo, não é Deputado Assis? Os cabelos brancos dizem os tempos que já nos envolvemos com cooperativa. É alguma coisa empolgante, Márcio Lopes, trabalhar com cooperativa.

Mas cooperativa tem outras funções, outros papéis relevantes na economia brasileira. Primeiro, e meus antecessores, parlamentares e colegas de Mesa, falam aqui, ela tem um papel importante na reciclagem da poupança na área de sua atuação. Isso leva ao desenvolvimento, gerando emprego e renda. O Senador acabou de mencionar aqui os números do Estado do Paraná. Isso acontece em todo o País.

A propaganda institucional da UCB fala da presença do cooperativismo no Brasil e do cooperativismo de crédito em 45% dos Municípios brasileiros. Nossa desafio é aumentar a participação do cooperativismo como instrumento financeiro, como cooperativa de crédito. Por quê? Porque ela contribui também para a concorrência no sistema financeiro. Hoje, o cooperativismo de crédito como um todo representa algo em torno de 2% a 3% do sistema financeiro. Mas quando separamos alguns segmentos, ela tem uma participação em dois dígitos, não é Presidente do Bancoob, Sr. Almada? No crédito rural, por exemplo, já está atingindo os dois dígitos, daí a importância do cooperativismo. Por isso, o Banco Central tem se empenhado muito no cooperativismo de crédito. Quando falamos que ela representa 3% do sistema financeiro, temos, na área de supervisão do Banco Central, 20% da força de trabalho olhando cooperativismo de crédito, para que tenhamos, cada vez mais, um segmento sólido, eficiente, inclusivo e socialmente justo.

Quando se falou aqui sobre sustentabilidade, é uma questão que está na essência da cooperativa de crédito. Mas existem outras coisas que a cooperativa de crédito tem trazido de relevante para o País, por exemplo, a Lei Complementar nº 130, a primeira lei complementar do art. 192. Isso, podemos dizer, foi uma parceria ganha-ganha com o segmento, com o Executivo, representado pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, e pelos Srs. Deputados e Senadores, que debateram muito e brindaram-nos com essa lei complementar. A legislação e a regulamentação que emana dessa legislação elaborada neste Congresso Nacional tem sido modelo para outros países.

E o Banco Central está irmanado com o cooperativismo de crédito nas comemorações do Ano Internacional. Do dia 29 a 31 de outubro, teremos, em Porto Alegre – aqui, vou encerrando a minha fala, Senador Moka -, o IV Fórum do Banco Central sobre Inclusão Financeira. Teremos lá um momento especial para as cooperativas de crédito. No dia 29, à noite, teremos o lançamento da moeda comemorativa do Ano Internacional das Cooperativas. (Palmas.) O Banco Central atendeu a um pedido do Márcio Lopes, no evento em que ele lançou o Ano Internacional na OCB. Como uma das primeiras ações, ele colocou o desafio ao Banco Central de termos uma moeda comemorativa. O Márcio estará lá e espero que também os Srs. Senadores, as Srªs Senadoras, os Srs. Deputados e as Srªs Deputadas estejam presentes lá, para podermos comemorar essa data importante, com o lançamento da moeda comemorativa.

É isso, Senador Moka. Temos um trabalho pela frente. O Banco Central tem se dedicado com prazer.

Temos aqui uma equipe hoje, representando o Banco Central, nesta sessão solene, pela importância que o cooperativismo de crédito tem para a nossa economia brasileira.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo o Feltrim, que tem sido um grande parceiro, eu gostaria, Feltrim, que levasse ao Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, que o cooperativismo é sempre grato.

No início, com o Heinze, travei uma batalha muito grande para que pudéssemos credenciar as cooperativas de crédito e hoje...

Quero conceder a palavra ao Presidente da OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, o Sr. Márcio de Freitas.

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Muito boa tarde.

Meus cumprimentos, em especial, ao Presidente – duas vezes Presidente, neste momento, para nós, Presidente desta sessão e Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo –, o Senador Waldemir Moka. Nossos cumprimentos e nossos agradecimentos ao senhor, aos membros da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Senado e aos nossos amigos Senadores, a quem agradeço a presença aqui, como o Senador Sérgio Souza, a Senadora Ana Amélia Lemos e o Senador Renan Calheiros, que chega para abrilhantar a nossa sessão. Meus agradecimentos, Senador Moka.

Cumprimento e agradeço muito a presença do Presidente Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária na Câmara dos Deputados, e, em seu nome, agradeço a presença dos Deputados que já estão aqui, dos requerentes, inclusive, desta sessão, Luis Carlos Heinze, Assis Miguel do Couto, Leonardo Vilela, que já esteve aqui conosco, o Andre Vargas, que passou por aqui, Relator do ato cooperativo que esteve por aqui. Agradeço a presença de todos e agradeço, de maneira muito especial, ao sempre Deputado nosso Odacir Zonta, que coordena nossos trabalhos. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar o Feltrim e, em seu nome, cumprimentar esse timaço que vocês têm lá no Banco Central!

Quero dizer, Senador Moka, que a indicação do Feltrim como diretor do Banco e a aprovação no Senado servem também de comemoração do Ano Internacional do Cooperativismo, porque é um cooperativista na diretoria do Banco Central. (*Palmas.*)

Ao cumprimentá-lo, Feltrim, agradeço, de coração, toda a boa vontade, as boas ações do Banco Central em prol do cooperativismo, em prol do desen-

volvimento sustentável, sério do cooperativismo, que vocês têm propiciado.

Quero cumprimentar os meus colegas de representação nacional, Niro e o Daniel, da Unicafes. Cumprimento vocês pelo ato e pela ação que vocês desenvolvem com o cooperativismo da economia solidária. Falo do meu respeito, da minha admiração pelo trabalho de vocês e da minha vontade de, como representante do sistema OCB, estar sempre junto com vocês.

Quero cumprimentar o José Carlos Vaz, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura. Eu comentava com o Senador Moka que, quando chegasse o Ministro Mendes, eu gostaria que o José Carlos permanecesse na Mesa: se não como representante do Ministério, como representante da OCB, porque é um cooperativista já de muito tempo. (*Palmas.*)

E nós o consideramos como tal, José Carlos, como um cooperativista, um amigo do nosso sistema.

E quero cumprimentar – deixei-o por último aqui, na Mesa –, saudar, de maneira muito especial, o Ministro Mendes Ribeiro, caboclo bom de trato! Estava lá no norte do Mato Grosso, hoje de manhã, inaugurando uma unidade da Embrapa, e combinou comigo e com o Senador Moka que estaria aqui. E não medi esforços: saiu lá do norte do Mato Grosso, ao meio-dia e meia, e bateu aqui para estar aqui conosco, comemorando.

Muito obrigado, Ministro Ribeiro! (*Palmas.*)

Muito obrigado por estar aqui conosco. Muito obrigado por tudo que o senhor tem feito. Muito obrigado por coordenar as ações do ano internacional no Governo Federal, a pedido da Presidente Dilma. Muito obrigado pelo Plano de Safra, anunciado há duas semanas para toda a agropecuária brasileira e que tem um avanço fundamental para que a gente possa produzir muito mais do que 162 milhões de toneladas, como é a nossa meta; para produzir, sim, segurança, tranquilidade e felicidade no campo.

Vocês estão propiciando isso e sou muito grato. Grato de uma maneira muito especial, pela boa colher de chá que foi dada ao cooperativismo também no Plano, com extensão das nossas ofertas de crédito, com o aprimoramento das nossas políticas, com a redução da taxa de juros na maioria das linhas. Sei que onde não foi reduzida era porque não dependia diretamente do Ministério.

Então, nossa gratidão, Ministro, nosso reconhecimento pelo seu trabalho. Muito obrigado!

Cumprimento a todos vocês, presidentes, presidentes das organizações estaduais que estão aqui, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, aqui do Distrito Federal, de Pernambuco, de Minas Gerais – não sei se esqueci de alguém –, da Bahia, representando aqui

a Bahia. Agradeço a presença de vocês. Agradeço o Ricken, representando aqui o Paraná.

Muito obrigado pela presença de todos vocês do movimento cooperativista.

Eu já me estendi muito nos cumprimentos, mas eu queria fazer essa saudação a todos. E só lembrar uma posição que já foi comentada aqui por todos.

Eu vou contar uma historinha bem rápida, para que as nossas representações, todos nós conheçamos um pouco sobre o que aconteceu para as Nações Unidas reconhecerem o cooperativismo com um ano internacional.

Esse negócio de reconhecimento com um ano internacional – e o Moka esteve comigo na Assembleia das Nações Unidas – não é uma questão tão simples. É admirável e realmente merecido que tenhamos 2014 como o Ano da Agricultura Familiar, porque não é uma situação fácil.

As Nações Unidas têm muitas propostas de comemoração de anos. Quando o nosso ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues foi Presidente da OCI há quinze anos, ele propôs o ano do cooperativismo nas Nações Unidas. Isso veio rolando, veio passando de prioridades para outras prioridades. E, agora, por quê, em 2009, as Nações Unidas vieram reconhecer o cooperativismo e carimbar o ano de 2012 como o ano do cooperativismo? Por uma razão extremamente simples, Ministro Mendes Ribeiro. Porque o mundo pôde observar, com o agravamento da crise de 2008 para 2009, que é acima de tudo uma crise de confiança, o papel preponderante que as cooperativas tiveram no mundo inteiro. No momento em que a crise se agravou, as cooperativas, sem querer substituir regimes de governo ou regimes econômicos, passaram a ter uma posição, Miro, mitigadora dos efeitos nefastos num processo de globalização descontrolada.

Só para vocês terem uma referência – e o Almar, nosso Presidente do Bancoob sabe disso –, nos Estados Unidos, com a quebra do Banco *Lehman Brothers*, os depósitos nos bancos privados, particulares se aceleraram; mas os depósitos nas nossas cooperativas de crédito americanas, no sistema *credit union*, cresceram a um ritmo tão violento, Ministro Mendes Ribeiro, que tiveram de fazer uma campanha para segurar, porque, em 15 dias, aumentaram os depósitos à vista, nas cooperativas, em 20%, só nos Estados Unidos. Então, as cooperativas mostraram que dão segurança aos seus cooperados; mostraram segurança à população.

Países como a Alemanha que são dos menos afetados do mundo, no mundo do Norte, nesse processo de crise, tem 40% da economia financeira no sistema cooperativo. Aqui no Brasil também não foi diferente. No momento – e o Feltrim conhece bem –

no último trimestre de 2008, começo de 2009, quando o sistema financeiro recuou, as nossas cooperativas, todas as nossas cooperativas – Sicoob, Sicredi, Unicred, Cresol, Ecosol –, o sistema cooperativista brasileiro cresceu 22% na oferta de crédito. Ao contrário da reversão, quando todo mundo teve medo, quem tem compromisso com a base, com o seu cooperado, mostrou presença, mostrou a que veio.

E foi por isso, por esses efeitos no mundo inteiro, que as Nações Unidas reconhecem que o ano de 2012 deve ser o Ano Internacional das Cooperativas, porque cooperativismo propõe, sim, uma proposta de democracia, e, portanto, ajuda na paz, ajuda no combate à fome, ajuda na felicidade das pessoas. É por isso que nós escrevemos na nossa camiseta o tema que o Senador Sérgio Souza afirmou aqui: “As cooperativas constroem realmente um mundo melhor”.

Nós temos que ter muito orgulho disso, porque são sociedades de pessoas, não de capital. Esta é a nossa diferença: nós somos empresas de gente, e porque somos empresas de gente podemos fazer um mundo melhor.

Então, Senador Moka, o nosso agradecimento em nome do movimento cooperativista brasileiro. Esse movimento é que congrega milhões, mais de 10 milhões de cooperados hoje, só no Brasil. Esse movimento que já representa 45% da movimentação agrícola brasileira, de toda a agricultura brasileira provocada pelo Ministro Mendes Ribeiro. Esse movimento que é só 3% do Sistema Financeiro Nacional – nem isso –, mas que já vai representar 20% do crédito rural brasileiro este ano, nas nossas cooperativas de crédito.

Em nome desse movimento, nós queremos agradecer e reconhecer o trabalho do Congresso Nacional em prol do cooperativismo. Nós temos mais de 400 projetos em tramitação no Congresso Nacional – mais de 400 projetos que tratam do cooperativismo. Nós lemos aqui de um ou outro, dos principais, a lei geral, o ato cooperativo, que são fundamentais. Mas há 400 projetos que tratam de cooperativismo e, se não tivéssemos pessoas como o Senador Moka, como os Senadores que estão aqui presentes, outros tantos que não estão presentes e Deputados, nós teríamos um risco muito grande no cooperativismo.

Nós reconhecemos o trabalho de vocês aqui dentro. Reconhecemos a evolução do cooperativismo, graças a marcos legais regulatórios que tramitam aqui com um bom entendimento.

Para manifestar essa gratidão, eu queria pedir a liberdade para o Presidente, para no dia em que vocês nos homenageiam com esta sessão solene, homenagear algumas pessoas, de maneira muito carinhosa e

muita afetiva, por tudo que os senhores fazem por nós. O senhor me permite Senador?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Claro, por favor.

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Para começar, quero homenagear, com o símbolo do nosso movimento cooperativista, uma estatueta muito importante para nós, o meu Ministro predileto, Ministro Mendes Ribeiro, homem bom de trato! (*Palmas.*)

A nossa gratidão ao Ministro Mendes Ribeiro e a todo o timaço do Ministério da Agricultura – viu, Verinha, você, que representa o nosso Denacoop!

Quero também reconhecer o trabalho do Banco Central, Feltrim, entregando este símbolo da nossa gratidão a você. Um abraço a toda a equipe, esse timaço do Banco Central! (*Palmas.*)

Quero também fazer uma homenagem a uma pessoa muito importante: homenageando o Senador Moka, homenagear cada Senador, cada Deputado da nossa Frente Parlamentar, com a nossa gratidão, Senador Moka. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Quero dedicar esta homenagem a um grande amigo que não está mais presente entre nós. Eu recebo isto aqui em nome do grande Deputado Federal Moacir Micheletto.

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Minha gente, era isto que eu queria dizer: que mais importante do que receber a homenagem do Congresso Nacional ao cooperativismo é homenagear pessoas como vocês e tantos outros, como cada um dos cooperativistas brasileiros que tem que ser homenageado pela OCB, pela representação do sistema, porque são vocês – cada cooperativista, cada Deputado, cada Senador, cada integrante da equipe do Governo, cada Ministro – que realmente constroem um mundo melhor, através das nossas cooperativas.

Muito obrigado e viva o cooperativismo!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Presidente Márcio Freitas.

Obrigado pela homenagem. Não sei se todo mundo ouviu, mas quando cheguei, aqui, ao Congresso eu conheci o Zonta, ali, que, para mim, é o nosso Presidente ainda, e o Moacir Micheletto; e foi através do Zonta e do Moacir Micheletto que eu comecei a fazer parte do cooperativismo.

Então, Zonta, tenho certeza de que você faria o mesmo no meu lugar, dedicarmos esta homenagem ao nosso grande e saudoso companheiro Moacir Micheletto.

Quero conceder a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Waldemir Moka, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, vice-Presidente do Senado Federal, vice-Presidente da Comissão de Agricultura, mais do que isso, o Moka é a nossa referência em agricultura, em cooperativismo, tanto que, quando eu cheguei aqui, já atrasado, e queria pedir desculpas por isso, alguém me falou: Olha, o Moka já falou, o Sérgio Souza, que é um outro destacado, querido amigo, e uma das referências nossas aqui no Senado Federal, já falou, quer dizer, eu disse comigo mesmo, falaram e falaram muito bem.

Eu quero permanentemente colocar o PMDB, a bancada do PMDB, como sustentação dos propósitos que todos nós temos aqui no Senado Federal para avançar, sobretudo, no aperfeiçoamento da legislação do cooperativismo no Brasil, pela pujança econômica que o cooperativismo tem entre nós.

Requerentes da sessão, quero cumprimentar o Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, cumprimentar o Deputado Leonardo Vilela, que passou aqui, o Deputado Zonta, esse querido amigo Deputado Zonta, meu caro Ministro da Agricultura, Deputado Mendes Ribeiro, nosso amigo querido, é um orgulho para todos nós, do PMDB, tê-lo no Ministério da Agricultura, à altura dos desafios da agricultura e do cooperativismo deste País, o testemunho, há pouco, dado aqui pelo Márcio nos enche de satisfação, Diretor de Assuntos Especiais do Banco Central do Brasil, Luiz Edson Feltrim, representante do Presidente da União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar – Unicaf, Sr. Daniel Rech, representante do Diretor Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários –Unisol, Sr. Arildo Mota Lopes, Srs. Senadores, Sras Senadoras, Srs. Deputados, Sras Deputadas, convidados, o cooperativismo é pautado em dois vetores fundamentais: a união e a força.

A capacidade de agregação e a força são, portanto, as noções principais que regem o cooperativismo. O cooperativismo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como entendemos hoje, e é importante que se diga, inclusive cheguei agora, mas provavelmente muitos já disseram isso aqui, nasceu em meados do século XIX, quando cerca de 30 operários organizaram a Sociedade dos Proibidos, na Inglaterra.

Naquela ocasião, o objetivo primordial não era a produção de bens, a concessão de crédito, do trabalho médico e outras formas de cooperativismo aqui citadas, mas a aquisição de produtos em grande quantidade, que, estocados em um armazém alugado, com capital inicial de uma libra, poderiam ser consumidos por um preço muito menor.

Para que se possa avaliar a importância dessa organização, a força dessa ideia do cooperativismo, é necessário esclarecer que as regras que nortearam o surgimento dessa associação foram debatidas em dois Congressos internacionais, em 1937 e 1966.

No Brasil, são numerosos os casos de sucesso de cooperativas criadas com as mais variadas finalidades. E o Senado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, isto aqui já ficou também claro, em todos os momentos, fez a sua parte, no aprimoramento, no aperfeiçoamento e na atualização da legislação. É evidente que temos toda uma agenda ainda para votar. Mas quero, mais uma vez, me colocar à disposição para que possamos priorizar e agilizar essas votações, sobretudo aquelas que são prioritárias na consolidação do cooperativismo no Brasil.

Nesse contexto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de registrar, aqui, o empenho desse querido amigo Senador Waldemir Moka, na luta, como eu dizia anteriormente, por um marco regulatório equilibrado e adequado ao desenvolvimento do cooperativismo no Brasil.

O Moka, que preside a Frente e é vice-Presidente da Comissão, realizou uma das mais importantes audiências públicas sobre a modernização da legislação cooperativista no Brasil, uma audiência pública, o que demonstra verdadeiramente que estamos pautados no avanço da construção de textos equilibrados que estimulem as cooperativas nos mais diferentes formatos.

Menciono, aqui, também, Moka, com a sua permissão e com muita satisfação, o papel que aqui foi exercido, na legislatura passada, pelo Senador Gerson Camata, que foi autor de um projeto de lei e comandou, por delegação da Liderança do PMDB, o processo que regulamentou o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Homenageando as cooperativas brasileiras, quero também homenagear o cooperativismo de Alagoas, que é o Estado que tenho a satisfação de representar, aqui, no Congresso Nacional.

Sinto, nesta oportunidade, a experiência exitosa de uma cooperativa, não poderia jamais esquecer-la, que muito tem contribuído para o desenvolvimento de Alagoas. Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, da Cooperativa Pindorama de Coruripe, criada no Estado de Alagoas e atualmente é tida como um dos melhores exemplos de reforma agrária do País.

Essa cooperativa tem suas atividades centralizadas na região sul do Estado, entre os Municípios de Feliz Deserto, Penedo e Coruripe, onde possui uma área de 32 mil hectares de terra, e surgiu num projeto muito bem-sucedido de assentamento de agricultores, há mais de 60 anos.

A Cooperativa Pindorama é comandada por pequenos produtores, colonos, todos cooperados, que, além de fornecedores de matéria-prima, são donos do negócio e, claro, têm participação nos lucros.

Em 2003, foi inaugurada a usina de açúcar e um antigo sonho da cooperativa Pindorama, que diversificou e tornou a cooperativa mais competitiva na sua participação no mercado.

Foi – e é bom citar isso aqui – a primeira usina de açúcar do Brasil construída por cooperados, construída nesse sistema, e continua a ser um exemplo, porque, quando o setor está em crise, as pessoas recorrem a ele, à experiência, para ver se resolvem a emergência da situação.

A essa usina e a esses produtos todos existentes veio posteriormente juntar-se à produção de sucos, de álcool, de derivados do coco, que passaram a ser produzidos lá. Só para se ter uma ideia, este ano tive a oportunidade de comemorar na Cooperativa Pindorama, que produziu mais de um milhão de toneladas de cana, o que é uma produção grandiosa para uma usina de cooperados.

Na Cooperativa Pindorama, desenvolvemos projeto de geração de emprego e renda para jovens, para mulheres. Desses projetos quero rapidamente destacar alguns poucos como formação de grupos de costureiras, de manutenção de horta comunitária, da fabricação de doces, de vinagre. A Cooperativa Pindorama foi assim a primeira instituição de Alagoas que teve destacado espaço no mercado exportador. Seus produtos foram sempre vendidos, até mais no passado, para o mercado norte-americano, quer dizer, esse é o melhor exemplo que neste momento poderia destacar.

Hoje, a Cooperativa Pindorama, Senador Moka, é responsável por cerca de 1.800 empregos, no campo, e 300 empregos, na indústria. Falo desse projeto com muita satisfação, dessa experiência exitosa, dessa experiência de décadas, porque me considero um colaborador de todas as horas da Cooperativa Pindorama, por meio de ações, que foram várias: por meio da liberação de recursos; da construção da rodovia que permite o escoamento da produção; da parceria, Ministro Mendes Ribeiro, com o Ministério da Agricultura, com a Conab, que compra uma parte considerável da produção da Cooperativa Pindorama.

Houve um momento, e eu também não posso deixar de fazer disso, que uma eleição criou uma emergência e possibilitou uma crise danada de má gestão na Cooperativa Pindorama.

Naquele momento, eu também me aliei aos cooperativados para fazer uma reversão. Tivemos de recorrer ao Governo; recorrer à Petrobrás; vender emergencialmente o estoque de álcool da Cooperativa

Pindorama. E isso possibilitou a volta da antiga Diretoria, que é hoje comandada pelo Clécio, que é um dos melhores gestores, e isso é também uma satisfação muito grande para todos nós.

O Dia Internacional do Cooperativismo, o primeiro sábado de julho, já é comemorado desde 1923, quando da realização do congresso da Aliança Cooperativa Internacional. Neste ano de 2012, a comemoração deve ser ainda mais marcante, porque a Organização das Nações Unidas proclamou 2012, e muito já se falou hoje sobre isso, como o Ano Internacional das Cooperativas.

Para se ter um idéia da importância dessas instituições, vale lembrar que o Brasil tem em atividade cerca de sete mil cooperativas, com quase dez milhões de associados. A participação das cooperativas no Produto Interno Bruto alcança quase 6%. Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, elas foram responsáveis por quase cinco bilhões de dólares nas exportações do País, em 2010.

Além de tudo, em um mundo que pretende tornar-se cada vez mais sustentável, é necessário destacar o papel das atuais cooperativas de reciclagem – e peço também aqui permissão para fazer isso aqui rapidamente, Zonta –, setor que deve crescer com as diretrizes da nova política nacional de resíduos sólidos do País.

Estima-se, Srªs e Srs. Senadores, que atualmente, as cooperativas de catadores já são responsáveis por 98,2% da reciclagem das latas de alumínio e de 56% das garrafas confeccionadas.

Eu gostaria de registrar também que a Universidade de São Paulo, a USP, uma das mais renomadas instituições de ensino do Brasil, já efetuou pesquisa em que comprovou que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – é maior em municípios que contam com a atuação de cooperativas. Isso ressalta ainda mais a importância das cooperativas para o desenvolvimento das comunidades onde se instalaram. Aliás, esse fato é demonstrado pelo caso específico da Cooperativa Pindorama, no Estado de Alagoas, a maior cooperativa agroindustrial do Nordeste, com mais de 60 anos de existência.

Srªs e Srs. Senadores, reconhecendo o papel estratégico das cooperativas para o crescimento sustentável da nossa economia, a Presidente Dilma Rousseff e o Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, ampliaram, na semana passada, os recursos para o setor no novo Plano de Safra 2012/2013. Com isso, Sr. Presidente, o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária teve seu limite de financiamento elevado de R\$60 milhões para R\$100 milhões por cooperativa. Além disso, houve a redução dos juros para 5,5%. O programa de capitalização de

cooperativas agropecuárias também teve o seu limite de financiamento elevado de R\$25 milhões para R\$50 milhões por cooperativa. Isso demonstra, sem dúvida, a sintonia que o Governo da Presidente Dilma mantém com as entidades cooperativistas.

Aproveito, portanto, a oportunidade para reafirmar, nesta ocasião, que como Líder do PMDB no Senado, coloco-me à disposição para que possamos dar continuidade a esse processo de aperfeiçoamento do marco regulatório do setor cooperativista no Brasil, como forma de fortalecer cada vez mais esse setor importantíssimo. Digo isso porque, além de políticas específicas para o setor, precisamos continuar aperfeiçoando a legislação tributária e a legislação necessária para a criação e o funcionamento das cooperativas de variados modelos, garantindo-lhes autonomia e liberdade de organização.

Para terminar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, senhores representantes de entidades cooperativas do Brasil, gostaria de expressar os meus mais sinceros cumprimentos a mulheres e homens trabalhadores que fazem o dia a dia das cooperativas no Brasil pela passagem de sua data comemorativa.

Era, com muita satisfação, o que tinha a dizer, Sr. Presidente, neste momento no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo de uma forma muito especial ao Líder da nossa Bancada no Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que foi muito feliz no exemplo, eu comentava aqui que eu gostaria de conhecer essa experiência, porque não é sempre que se ouve dizer que um assentamento se tornou dono de uma usina de álcool e açúcar. É realmente uma experiência exitosa.

Quero conceder a palavra e agradecendo muito o seu esforço, o seu empenho de estar aqui com todos nós, mas eu tinha certeza da sua presença e, para o nosso orgulho, concedo a palavra ao nosso Ministro da Agricultura, pelo PMDB, do Rio Grande do Sul, Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho.

Sei que V. Exª conhece tribuna, mas às vezes...

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Quando o Senador Sérgio Souza pediu que o Márcio viesse à frente para tirar fotografia com Waldemir Moka, esse extraordinário Deputado que nós emprestamos para o Senado, em homenagem ao trabalho que ele realiza, eu me lembrei quando o meu pai dizia que em Igreja se entra pelo lado, porque quem entra pelo meio geralmente fica envergonhado. E é verdade! Quando as luzes se atraem para aqueles que são expostos, geralmente a naturalidade se perde e não se recolhe aquele momento que precisa ser recolhido por quem

recebe homenagem. Tenho certeza, Senador Moka, que o gesto do Márcio foi extremamente importante, para quem, como V. Ex^a muito trabalha pelo cooperativismo e pela agricultura brasileira.

Claro que estou fazendo do seu gesto o meu gesto, do seu sentimento o meu sentimento, foi exatamente assim que eu me senti ao receber a homenagem do Márcio. Muito obrigado pelo teu carinho, muito obrigado pela tua atenção, muito obrigado pela tua gentileza, muito obrigado pela tua bondade.

O Raimundo Gomes de Matos, é um nome, não é?! Raimundo trabalhou comigo na Câmara dos Deputados, na Comissão de Orçamento, foi um leal escudeiro, amigo. Minha homenagem, Raimundo.

Quero saudar o Feltrim, companheiro do Banco Central que tanto tem ajudado, o Daniel Rech, o Niro Barrios; quero saudar esse extraordinário José Carlos Vaz, que tenho a sorte de ter como Secretário Executivo.

A gente precisa ter sorte para indicar pessoas. Eu tenho muito orgulho por ter indicado o José Carlos Vaz para ser o meu Ministro substituto e o meu Secretário Executivo, seja pelo talento, seja pelo caráter, seja pela capacidade técnica, seja pelo conhecimento da área.

Senhoras e senhores, quero dizer que eu não poderia ter outra atitude a não ser estar aqui hoje ao lado da Ana Amélia, nossa Senadora, homenageando o cooperativismo.

Dr. Renan, meu caro Líder, Sérgio, meu caro Senador, nós estamos aqui é reconhecer o trabalho da agricultura no dia a dia do Brasil, do desenvolvimento brasileiro. E se nós reconhecermos o trabalho da agricultura nós inevitavelmente estaremos reconhecendo o trabalho das nossas cooperativas.

Nós realmente lançamos o Plano Safra, com a Presidente Dilma, que aponta para recursos de 115,2 bilhões de reais para a agricultura. Ouvimos mais de 300 entidades; algumas entidades chegaram a dizer que precisavam 150, 160. Eu disse isso à Presidente Dilma, que foi taxativa ao dizer que não vai faltar recurso, Mendes. Se precisar de 150, teremos 150. O importante é que o Brasil não deixará de investir na agricultura – na agricultura comercial e na agricultura familiar. Porque, se nós temos a cooperativa, nós temos exatamente o elemento responsável pelo crescimento das duas agriculturas e da agricultura como um todo.

Nós temos um trabalho enorme para realizar. Eu preciso agradecer à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional por termos hoje um novo Código Florestal; hoje temos segurança jurídica para o produtor, sem grito, sem alarde, com jeito, com o talento de Senadores como o Moka, de Deputados como o Heinz, que aqui estava. Nós chegamos a um trabalho que nos permite hoje termos o Código Florestal aprovado.

Nós temos o genérico aprovado. É um trabalho também do Congresso Nacional. Nós temos o Plano Safra de 115 bilhões e, ali na frente, olhando a regionalização do Ministério da Agricultura, nós temos o Plano Nacional de Armazenamento. Aí será importante a cooperativa para nos auxiliar nessa tarefa. Não vamos mais carregar, em horas impróprias, produtos de um lado para outro do Brasil, pagando desnecessariamente, perdendo e desperdiçando produto.

Vamos tentar, ao lado do produtor, ter um preço justo para o produto. Para isso as cooperativas, junto com as universidades, serão fundamentais.

Nós temos que avançar em termos de irrigação. Isso tem de ser feito de forma regional, e a cooperativa também será fundamental.

Então, a nossa parceria vai durar durante todo esse projeto. Termos as cooperativas dá a segurança de que poderemos chegar aonde queremos chegar.

Na Rio + 20 nós fizemos o lançamento do selo do Ano Internacional das Cooperativas. O cooperativismo faz parte das instituições nacionais em todo o mundo. Trata-se de um movimento universal dos cidadãos em busca de um modelo mais justo, que permita a convivência equilibrada entre o econômico e o social.

A VI Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, destacando a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento econômico e social e reconhecendo o trabalho do setor para redução da pobreza, geração de emprego e renda e integração social, declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas.

Esse desafio nos impele a construir o cooperativismo do século, visando aumentar a consciência pública, contribuir pra a inclusão econômica e social por meio do fomento, formação, educando e capacitando e, assim, difundindo o cooperativismo como modelo de negócios.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em homenagem ao cooperativismo mundial, em agradecimento ao papel desempenhado pelas cooperativas brasileiras no cenário econômico nacional, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tem a honra de celebrar essa ocasião especial com o lançamento e a celebração do selo personalizado do Ano Internacional das Cooperativas.

Fiz aqui questão, meu caro Senador Moka, de trazer o selo, que é uma iniciativa do Governo Dilma Rousseff, do Ministro Mendes Ribeiro, da Ministra Gleisi Hoffmann, que gostaria de estar aqui presente mas não pôde, do Ministro Pepe, que também, tenho certeza, gostaria de estar aqui. Estamos tentando fazer um governo de parceiros, porque a agricultura precisa de parceiros pela importância que tem para o desen-

volvimento brasileiro. As cooperativas, trabalhando juntas, certamente serão responsáveis por momentos inesquecíveis da agricultura de nosso País.

Meu Presidente, quero-lhe passar às mãos, por favor. (*Palmas.*)

Quero, também, passar ao Feltrim. Por favor, Feltrim. Uma lembrança. (*Palmas.*)

Para o Márcio. Pois é, tu não devias ganhar isto aqui. Tu não tens nada com as cooperativas. Tu não és importante para nós. Tu mereces mais do que ninguém. (*Palmas.*) Vocês viram só o que ele me deu em troca? Não pense que eu não vou querer.

Queria entregar ao nosso Presidente Raimundo Gomes de Matos o nosso reconhecimento ao trabalho do ilustre Presidente e de nosso colega em defesa da agricultura brasileira e, assim sendo, do cooperativismo. Em nome da Presidente Dilma, muito obrigado. (*Palmas.*)

Meu caro Daniel. (*Palmas.*)

Meu caro Niro, sabe que a nossa terra trabalho junta, não é, Niro? (*Palmas.*)

Moka, eu vou fazer aqui uma coisa que talvez não esteja programada: eu quero fazer uma homenagem ao Zonta. (*Palmas.*) O Zonta, para nós, para mim e para o Moka, que fomos Deputados juntos, tem uma representação especial no setor. Olha, Renan, nós aprendemos muito com ele. O Zonta nos ensinou muito. O Zonta teve a paciência e o talento para nos emprestar para que pudéssemos vencer muitas dificuldades. O Micheletto, lá em cima, sabe disso. Zonta, por favor. (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos. Desculpem-me ter me alongado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Quero agradecer muito o Ministro da Agricultura, meu amigo. Aliás, é engracado isto na vida, não é? O Mendes e o Heinze foram os primeiros amigos que eu fiz aqui, no Congresso Nacional. A vida e as suas circunstâncias. Tenho um orgulho muito grande do meu amigo e hoje Ministro da Agricultura.

Antes de encerrar esta sessão solene, eu deveria fazer um discurso, mas não o farei, pois eu acho que começamos a ser repetitivos. Eu gostaria de apenas tranquilizar o Daniel Rech e o nosso Barrios aqui, dizendo, Niro, que, ainda neste ano, eu avoquei para mim... Na verdade, aqui, precisa-se fazer uma justiça: esse relatório só foi parar na Comissão de Agricultura, porque a nossa Senadora Ana Amélia requereu que ele fosse para lá. Já havia uma decisão e a Senadora Gleisi era a Relatora. Na verdade, o projeto original é

do Osmar Dias e tem uma contribuição do Senador, por São Paulo, Eduardo Suplicy,

Mas a Gleisi acabou fazendo um substitutivo, e é esse substitutivo que está comigo hoje para relatar. O que nós estamos fazendo? Já conversei com nosso Líder da OCB, o Márcio Freitas, nós queremos tentar um texto o mais convergente possível, Assis, que a gente possa dotar neste que é o ato maior, a lei maior, todas as formas de cooperativas e que a gente possa fazer isso juntos. Tenho comigo que as cooperativas são importantes, sejam elas dos vários segmentos que sejam. Nós estamos falando hoje aqui muito da agricultura com a presença do Ministro, mas é bom lembrar as cooperativas: a Unimed, cooperativa de saúde, do trabalho, da eletrificação, quer dizer, é muito amplo isso. E, esse viés da chamada economia solidária das cooperativas de agricultura familiar, é hora de unirmos isso num grande trabalho de convergência e darmos ao País uma legislação pela qual a gente possa cada vez mais estar mais unido, produzindo mais e fazendo, sem dúvida nenhuma, crescer este País.

Então, ao encerrar aqui quero agradecer, de uma forma muito especial, ao Presidente da Comissão de Agricultura, que nos deu a honra da sua presença, um dos requerentes desta sessão solene; ao Feltrim, que, como disse o Márcio, pode ser considerado também como uma comemoração do Ano Internacional do Cooperativismo o seu ingresso lá no Banco Central; agradeço de uma forma muito especial a presença dos Senadores aqui, à Ana Amélia, ao Sérgio Souza e ao Senador Renan Calheiros e dos Deputados Federais, ao Zonta – que é o nosso eterno – ao Luis Carlos Heinze, que acabou de sair, ao Assis Miguel Do Couto, que é um dos requerentes e agradeço ainda, mais uma vez, permitindo-me agradecer em nome de todos aqui e em seu nome também, a todos aqueles que representam dos nossos Estados. Aí, permitam não estar aqui presente o Presidente da OCB do Mato Grosso do Sul, porque hoje – foi o meu prejuízo –, lá no Mato Grosso do Sul, na Assembleia Legislativa, comemora-se também o Ano Internacional do Cooperativismo. Mas, eu gostaria de saudá-los em nome do meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro encerrada a presente sessão solene.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 11 minutos.)

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO²

- Presidente:** Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ³	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
 2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.
 3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.
 4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.
 5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ⁶⁺⁹
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Corrêa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Amon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 286/2012/SGMP, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto

- Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Bortolho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 087/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correia Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012 15 e 20**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 15 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. 7 e 17
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{1, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. 3 e 19
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{9 e 18}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. 8, 9 e 12
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferrage, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 28/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassessão do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-6-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal), eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 8/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2,5+6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2,3+10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ²⁺¹¹	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ²⁺⁶
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ²⁺¹²
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ²⁺⁷
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Samey Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ²⁺³	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao redilho, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Menezes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Samey Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Menezes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Menezes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho**Telefone: (61) 3303-3122****E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br****Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Alia Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo****Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?ongem=CN&com=1450**

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
1.	
2.	
3.	
PSDB	
1.	
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
1.	
PSOL¹	
1.	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.083/1990)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida⁵

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 63/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 06/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.
- 6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4581 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?conm=448&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação da Comissão: 14-12-2011

Instalação da Comissão: 8-2-2012

Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES) ¹	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
"	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8 e 12}	1.
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoría (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
"	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao redutor, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 148/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude da a Senadora Marinal Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vícente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 98/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁶
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ²⁺⁴
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Lilam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elicone Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Décio Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- Leitura: 19-4-2012
- Designação da Comissão: 24-4-2012
- Instalação da Comissão: 25-4-2012
- Prazo final da Comissão: 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo

Vice-Presidente:

Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferrão (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Rogério Marinho (PSDB/RN)
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Fólio (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cicero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Muden (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁶	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19/03/2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16/11/2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5256

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/tratatividade/conselho/conselho.asp?con=70&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes**COMPOSIÇÃO****Presidente:** _____**Vice-Presidente:** _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Senador Roberto Requião⁵**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁴**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia⁴

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow [*]	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ³
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ³
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé [*]	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 18.3.2012)

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleito na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- 11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

Edição de hoje: 46 páginas
(OS: 13262/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

